



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

**A CORRELAÇÃO EM DUAS GRAMÁTICAS
FUNCIONALISTAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

Raissa Gonçalves de Andrade Moreira
Orientadora: Maria Augusta Gonçalves Reinaldo

CAMPINA GRANDE

2015

RAISSA GONÇALVES DE ANDRADE MOREIRA

**A CORRELAÇÃO EM DUAS GRAMÁTICAS
FUNCIONALISTAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à conclusão do curso. Orientadora: Profa. Dra. Maria Augusta Gonçalves Reinaldo.

CAMPINA GRANDE

2015

RAISSA GONÇALVES DE ANDRADE MOREIRA

**A CORRELAÇÃO EM DUAS GRAMÁTICAS
FUNCIONALISTAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à conclusão do curso.

Aprovada em ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof (a). Orientador (a) - UFCG

Prof (a). Examinador (a)1

Prof (a). Examinador (a) 2

CAMPINA GRANDE – PB

2015

Aos alunos, professores e especialistas na área das letras.
Aos que pensam em um estudo reflexivo da língua portuguesa.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradecer, palavra sinônima da expressão dar graças. É justamente com esse sentimento que inicio este trabalho de conclusão de curso, expressando gratidão àqueles que me marcaram em uma trajetória de quatro anos, contribuindo para meu crescimento pessoal, afetivo, intelectual. Gratidão... O único tesouro dos humildes como já dizia Shakespeare.

Não deixaria de agradecer, portanto, a minha mãe, que mesmo sendo contra o curso que escolhi para minha vida, que se dá de corpo e alma para que sua filha chegue a ser “doutora”. A minhas tias tios, e primos, pelas alegrias cotidianas que me enchem de energia e poetizam minha rotina.

A minha tia Arly e a minha tia Aldaci que sempre acreditaram em meus projetos e me passaram segurança em momentos de dúvida: “Raissa, deixe de agonia, vai dar certo, tenha paciência”.

Aos meus amigos com as quais compartilho laços de sangue, meus primos: Claufer e Almir.

Ao Grupo de Teatro Heureka que me trouxe um crescimento estupendo, além de recentes, porém, fecundas amizades. Dayane, ‘dupra’, obrigada pelas conversas, pela cumplicidade no palco mesmo nos momentos de ‘branco’, pelas risadas, pelas indicações de leitura sobre o feminismo e pela companhia em mobilizações, marchas e afins.

Às amigas de longa data: Rayanne, Ana Clarisse, Rafaela, Yslee, Ellen, Elida, e Ingredhy (Duda).

Aos amigos de todos os momentos Felipe e Daniel (quem me ajudou bastante ao longo do curso) amigos de todos os momentos.

Aos amigos do curso de Letras Júlia, Larissa, Thayse, Mayara, Saionara, Paulo, Pablo, Dayane.

A minha melhor amiga Samyra que desde o início do curso esteve sempre comigo, me ajudando, me apoiando, me alertando, me fazendo rir, me fazendo pagar “mico”; brigando comigo quando necessário, nossas idas ao centro após as aulas para “bater pernas” atrás de futilidades, enfim, minha dupla de todos os trabalhos e de todas as provas acadêmicas, minha dupla de vida, minha “travesti” preferida.

À Daniela Sayuri, aquela que possui um coração imenso, por quem eu tenho profunda admiração e que é de grande importância na minha vida, por sempre estar caminhando ao meu lado, me orientando, me aconselhando, me alegrando com o riso mais sincero, me dando forças quando tudo parecia estar perdido... é teu e de mais ninguém...

Aos professores do curso de Letras Língua portuguesa da UFCG que tornaram os caminhos da graduação muito mais fascinantes. Em especial a Hélder por ter me iniciado no mundo da pesquisa e me induzido a uma relação apaixonante com a literatura. A Aloísio pelas fofocas, conversas, risadas, conselhos no decorrer do curso. A Elizabeth por ter me ensinado a compreender melhor o uso da escrita no contexto acadêmico e pela amizade que foi construída. À Viviane por saber compartilhar a sua paixão pelas línguas clássicas e fazer tudo parecer “fácil”.

À “galera da xerox”, principalmente “Júnior Branco”, por cobrar apenas R\$ 0,005 centavos por página.

Às professoras Maria Auxiliadora e Marta Anaisa, por terem aceito o convite de participar da banca.

A Maria Auxiliadora que logo no início do curso me fez gostar de linguística e querer ser igual a ela quando “crescer”, minha profunda admiração.

A minha querida orientadora Maria Augusta que me abraçou, ajudando a transformar meus projetos e planos em concretude. Maria Augusta que é um exemplo de mulher e profissional e que não mediu esforços para me auxiliar, sempre! Obrigada pelos ensinamentos, por abrir minha cabeça em relação ao ensino de gramática, pelo compromisso. A todos vocês, então, meu profundo agradecimento e carinho.

*“A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil [...]”
(BANDEIRA, 1993, p.135)*

RESUMO

Ao falarmos sobre a gramática o comentário que frequentemente escutamos é que “A gramática é apenas um livro que dita à forma como se deve escrever”, “Não consigo decorar todas as regras que constam na gramática”. A partir desses comentários podemos dizer que estamos habituados ao ensino restrito da gramática tradicional (GT). Ao refletirmos sobre a amplitude dos estudos gramaticais, focalizaremos a perspectiva da Gramática Funcional (GF), entendida como uma conjectura que busca unir a teoria da organização gramatical à teoria da interação. Visamos problematizar o funcionalismo linguístico adotado em cada uma das gramáticas, a saber: *Gramática do português brasileiro* (2010) de Ataliba Teixeira de Castilho e *Gramática de usos do português* (2011) de Maria Helena de Moura Neves, tendo como questões norteadoras: Como se apresentam os princípios gerais e a disposição da macro organização dos conteúdos nessas gramáticas? Que dimensões analíticas das sentenças correlatas são nelas apresentadas e quais as semelhanças e divergências verificadas na nomenclatura? Este trabalho tem como objetivo geral de estudar a concepção funcionalista adotada em duas gramáticas do português brasileiro contemporâneo e de forma mais específica, com a finalidade de descrever a macro organização dos conteúdos, como também de descrever as dimensões teórico-analíticas adotadas nos conteúdos abordados e identificar semelhanças e diferenças terminológicas adotadas pelos autores de tais gramáticas. Como embasamento teórico, fizemos uma breve retrospectiva sobre o funcionalismo linguístico e seus diferentes modelos a partir de Halliday (1973, 2004), Dik (1978, 1980, 1989), Givón (2004) e outros. Além desse arcabouço teórico abordamos o funcionalismo linguístico no Brasil (Neves 1997, 2007, 2011[2000]), Castilho (2010a, 2010b). Veremos que na medida em que compreendemos que por mais importante que sejam as regras na atividade gramatical, não podemos ficar restritos a concebê-las como estáticas. É necessário refletir sobre a contribuição desses estudos inovadores e apresentar essa “mobilidade” do uso das regras gramaticais, procurando entender que a descrição gramatical é um campo que está sujeito a modificações.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática tradicional. Gramática funcional. Funcionalismo linguístico.

ABSTRACT

When we talk about grammar we often hear that "Grammar is only one book that dictates the way it should be written", "I can not memorize all the rules contained in the grammar". From these reviews we can say that we are used to the restricted teaching of traditional grammar (TG). As we reflect on the extent of grammatical studies, we will focus on the perspective of Functional Grammar (FG), seen as a conjecture that seeks to unite the theory of grammatical organization to the theory of interaction. We aim to discuss the linguistic functionalism adopted in each of the grammars, namely: Gramática do Português Brasileiro (2010) of Ataliba Teixeira de Castilho and Os usos do português na gramática (2011) of Maria Helena de Moura Neves, who were guiding these questions: How do They present the general principles and the layout of the macro organization content in these grammars? What analytical dimensions related to the sentences are presented in them and what are the similarities and divergences in the nomenclature? This work has as a main objective to study the functionalist concept adopted in two grammars of contemporary Brazilian Portuguese and more specifically, in order to describe the macro organization of the content, but also to describe the theoretical and analytical dimensions adopted in the content to cover and to identify similarities and differences in terminology adopted by the authors of such grammars. As a theoretical basis, we made a brief retrospective on the linguistic functionalism and its different models from Halliday (1973, 2004), Dik (1978, 1980, 1989), Givón (2004) and others. Beyond this theoretical framework approach the linguistic functionalism in Brazil (Neves, 1997, 2007, 2011 [2000]), Castillo (2010a, 2010b). We will see that to the extent we understand that important are the rules on grammatical activity, they can not be restricted to conceive them as static. It is necessary to reflect on the contribution of these innovative studies and present this "mobility" of the use of grammar rules, trying to understand the grammatical description is a field which can change.

KEYWORDS: Traditional Grammar. Functional grammar. Linguistic functionalism.

SUMÁRIO

Introdução	11
Metodologia	13
Capítulo I – A linguagem do século XX: uma visão funcionalista	17
1. Formalismo x funcionalismo	17
1.1 Funcionalismo: seus diferentes modelos	21
1.1.1 O modelo sistêmico-funcional	21
1.1.2 O modelo da competência comunicativa	22
1.1.3 O modelo cognitivo	23
1.2 Breve caracterização de duas abordagens funcionalistas no contexto brasileiro	25
1.2.1 Abordagem multifuncional	25
1.2.2 Abordagem multissistêmica	27
Capítulo II – O processo da correlação	31
Capítulo III – A macro organização dos conteúdos e a correlação	36
3. Os princípios gerais e a macro organização dos conteúdos nas gramáticas	36
3.1 Gramática de usos do português: a contextualização do fenômeno linguístico em seu uso no texto	36
3.2 Gramática do português brasileiro: a língua falada na busca da construção de sentido dos elementos linguísticos	40
3.3 Um estudo multifuncional da correlação	43
3.4 Um estudo multissistêmico da correlação	48
Considerações finais	56
Referências bibliográficas	58

INTRODUÇÃO

Quando falamos no estudo da língua, inevitavelmente pensamos em gramática. Ao falar sobre a gramática o comentário que frequentemente escutamos são “A gramática é apenas um livro que dita a forma como se deve escrever”, “Não consigo decorar todas as regras que constam na gramática”. A partir desses comentários podemos dizer que estamos habituados ao ensino restrito da gramática tradicional (GT). Apesar de a concepção tradicionalista do ensino gramatical ser vigente até os dias de hoje, muitas têm sido as transformações ocorridas na elaboração das gramáticas. Os estudos na área de língua foram se ampliando, trazendo-nos, além da famosa e tão temida gramática tradicional – descritiva, prescritiva –, outras que diferem a respeito da definição, da divisão e da sequência dos conteúdos, como a gramática estruturalista, a gramática formalista, a gramática gerativa, entre outras.

Ao refletimos sobre a amplitude dos estudos gramaticais, focalizamos a perspectiva da Gramática Funcional (GF), entendida como uma teoria que busca unir a teoria da organização gramatical à teoria da interação. Sendo acessível a pressões de uso, ela leva em conta a capacidade que as pessoas têm de, além de codificar e decodificar expressões, usarem e interpretarem as expressões. Nesse sentido, a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua – o funcional – e a sistematicidade da estrutura da língua – o gramatical – (MACKENZIE, 1992). Em outras palavras, a gramática funcional visa à explicação das regularidades nas línguas, e através delas, aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

Dois representantes brasileiros desse novo olhar acerca dos estudos gramaticais são Ataliba Teixeira de Castilho e Maria Helena de Moura Neves. Esses dois teóricos em suas respectivas gramáticas, *Nova Gramática do português brasileiro* (2010) e a *Gramática de usos do português* (2011[2000]), defendem que a gramática funcional ocupa uma posição intercessora em relação aos enfoques que abordam apenas a sistematicidade da estrutura, como é o caso da gramática tradicional. Eles demonstram que uma gramática funcional difere desses enfoques pelo fato de estudar as sequências e os significados que estão codificados por essas sequências. O fato de ser "funcional" significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser "gramática" significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas.

Contudo, as gramáticas desses dois representantes brasileiros se diferenciam quanto aos princípios gerais da abordagem gramatical, à disposição da macro organização e quanto às terminologias dos conteúdos. A *Nova gramática do Português brasileiro* (2010) parte da

realidade linguística brasileira, ou seja, em vez de reviver estados passados da língua contidos em textos, toma como objeto de estudo a língua em seu estágio atual, opta como amostra preferencial da língua a sua manifestação aparentemente mais caótica – a língua falada.

Já a *Gramática de usos do Português* (2011) parte dos itens lexicais e gramaticais da língua, mostrando o seu uso em textos escritos autênticos, o que vai compondo a “gramática” desses itens. Ou seja, vai explicitando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto.

Essas diferenças assinaladas nas gramáticas em referência subsidiam a nossa pesquisa, cujas questões norteadoras são: Como se apresentam os princípios gerais e a disposição da macro organização dos conteúdos nessas gramáticas? Que dimensões analíticas das sentenças correlatas são nelas apresentadas e quais as semelhanças e divergências verificadas na nomenclatura?

Na tentativa de respondermos a essas indagações, desenvolvemos a presente pesquisa com o objetivo geral de estudar a perspectiva funcionalista adotada em duas gramáticas do português brasileiro contemporâneo e de forma mais específica, com a finalidade de descrever os princípios gerais e a macro organização dos conteúdos propostos nas duas gramáticas selecionadas, como também descrever as dimensões teórico-analíticas do processo sintático da correlação e identificar semelhanças e diferenças terminológicas usadas pelos autores na descrição da correlação.

Os objetivos anteriormente elencados foram motivados pela nossa intenção de pensar a contribuição do estudo funcionalista sobre o ensino de gramática tradicional, que tende a restringir-se a questões metalinguísticas de definição e classificação das unidades da língua, levando preferencialmente o aluno a reconhecer a definição e a classificação. Assim, torna-se um grande desafio para os professores que se preocupam em dar um sentido funcional ao estudo da gramática na sala de aula, uma vez que o mais importante é saber que efeitos práticos se consegue com o uso de certas unidades linguísticas em determinados gêneros textuais e em situações sociais específicas

Dessa forma, compreendemos que por mais importante que sejam as regras na atividade gramatical, não podemos ficar restritos a concebê-las como estáticas. É necessário refletir sobre a contribuição desses estudos inovadores e apresentar essa “mobilidade” do uso das regras gramaticais, procurando entender que a descrição gramatical é um campo que está sujeito a modificações, portanto o ensino de Língua Portuguesa não pode restringir-se unicamente à aprendizagem de conteúdos gramaticais desvinculados de sua funcionalidade no mundo social.

Com isso, o estudo aqui realizado é relevante pelo fato de ser um assunto pouco estudada no meio acadêmico, como também podendo se configurar como um estudo complexo.

A fim de atingirmos aos objetivos supracitados, estruturamos a presente monografia em três capítulos, além desta introdução, contendo delimitação do tema, questões, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa, das considerações finais e das referências.

O primeiro capítulo, “*A linguagem do século XX: uma visão funcionalista*”, está organizado em três tópicos: no primeiro tópico “Formalismo X Funcionalismo” será feita uma breve diferenciação entre o Formalismo e o Funcionalismo; no segundo tópico “Funcionalismo: diferentes modelos”, são mostrados os modelos de funcionalismo para Halliday, Dik, Givón, Lakoff e por fim o terceiro tópico “Breve caracterização de duas abordagens funcionalistas no contexto brasileiro” mostrará o estudo funcionalismo no Brasil.

O segundo capítulo, “O processo da correlação: revisão da literatura” mostrará uma breve revisão da literatura em relação ao estudo da correlação.

O terceiro e último capítulo, “Mais que uma classificação, é preciso saber a função” está organizado em dois tópicos. No primeiro, apresentamos os princípios gerais e a macro organização dos conteúdos nas gramáticas em referência. No segundo, as dimensões analíticas da correlação em ambas as gramáticas, bem como as diferenças terminológicas.

Metodologia

A fim de alcançar os objetivos propostos e responder à questão de pesquisa que desencadeou o nosso trabalho, adotamos, para fins metodológicos, alguns procedimentos relativos a: a) O tema pesquisado; b) Natureza da pesquisa; c) Procedimentos de seleção dos dados para análise. Dessa forma, fazemos uma contextualização da pesquisa mediante uma descrição dos procedimentos e métodos adotados para a realização da análise.

a) O tema pesquisado

Tema de acordo com Lakatos (2007, p. 160) “é o assunto que se deseja estudar e pesquisar”. O estudo que ora se concretiza com a realização deste trabalho constitui a análise da perspectiva do funcionalismo linguístico em duas gramáticas do português brasileiro. Colocamos em evidência o estudo do funcionalismo, uma vez que nos fazem repensar acerca da prática em sala de aula, tendo em vista que saímos da graduação e em vez de levarmos ao nosso aluno inovações ao ensino de gramática, ficamos restritos apenas a tradição e logo,

quando o aluno é levado a pensar sobre o ensino de gramática ele somente levanta questões que o ensino de gramática é apenas decorar suas regras e saber suas classificações.

Desse modo, levar uma nova perspectiva para o ensino de gramática é um grande desafio para o professor que busca desconstruir a tradição. Em vez de buscar um ensino restrito a codificação e decodificação, é necessário procurar dar um sentido funcional aos termos linguísticos, mostrar a sua funcionalidade, mostrar que tal termo não está ali apenas por estar, mas sim porque desempenha uma função e que ela pode mudar de acordo com a com o seu uso. Dessa forma, é possível identificar e analisar, nas gramáticas em referências, a diferença do funcionalismo, a macro organização dos conteúdos, as dimensões analíticas do processo sintático da correlação são nelas apresentadas e as semelhanças e divergências verificadas na terminologia usadas pelos autores na descrição da correlação.

b) Natureza de Pesquisa

A pesquisa a ser desenvolvida é documental-descritiva, haja vista que visa descrever duas gramáticas do português contemporâneo.

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação.

Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar, uma vez que para realizar o processo de análise é preciso que aconteça uma inquirição, para que assim seja possível descrever quais ferramentas e quais os métodos necessários para a realização da análise, sendo assim, abalizando o percurso em relação ao uso dos documentos que vai desde a sua organização e até a sua elaboração das categorias de análise.

Dessa forma, Pimentel (2001) assinala a importância dos passos a serem observados na realização desse tipo de investigação documental:

São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise (PIMENTEL, 2001, p. 179).

Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes para o estudo de gramática, sendo assim uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A

riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução do ensino inovador da gramática.

A pesquisa documental é uma modalidade decisiva no processo de investigação, já que grande parte das fontes é o apoio do trabalho do pesquisador. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, “pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar.” (SÁ SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2008, p 13).

No caso da presente pesquisa, além de ser documental, ela também é descritiva, uma vez que trata-se de uma descrição de duas gramáticas do português brasileiro de cunho funcionalista, escritas por dois dos principais representantes do funcionalismo linguístico, dessa forma, Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los.

O valor descritivo “baseia-se na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação objetiva e minuciosa da análise e da descrição” (MOREIRA & CALEFFE 2008, p. 72).

c) Seleção dos dados para análise

Para entender melhor os objetos de estudo, o quadro 1 se sintetiza informações relativas a autoria, título, ano de publicação, cidade e editora.

Quadro 1- Gramáticas objetos de estudo

AUTOR (A)	TÍTULO	CIDADE	EDITORIA	ANO DE PUBLICAÇÃO
Maria Helena de Moura Neves	Gramática de usos do português	São Paulo	Unesp	2011 [2000]
Ataliba Teixeira de Castilho	Gramática do Português Brasileiro	São Paulo	Contexto	2010

FONTE: Pesquisador

Tendo como base esses dados para a análise, será feita inicialmente, uma pesquisa documental-descritiva acerca da perspectiva funcionalista adotada em duas gramáticas do

português brasileiro contemporâneo identificadas no quadro 1. Na sequência, descrevemos a macro organização dos conteúdos propostos em cada gramática e as dimensões teórico-analíticas adotadas nos conteúdos abordados. Por fim, identificaremos semelhanças e diferenças terminológicas adotadas pelos autores das gramáticas em estudo.

Nesse sentido, procuraremos evitar que a pesquisa aqui proposta seja apenas uma simples cópia do que já foi escrito sobre o tema por outros autores, mas uma análise. Torço para que façam uma boa leitura!

CAPÍTULO I

A LINGUAGEM DO SÉCULO XX: UMA VISÃO FUNCIONALISTA

1. FORMALISMO X FUNCIONALISMO

O século XX foi marcado por muitas mudanças em relação aos estudos dos fenômenos da linguagem, uma vez que houve o deslocamento do historicismo para o descritivismo configurando uma nova tendência de analisar as línguas naturais denominada linguística estrutural ou estruturalismo. Contudo, surge outra proposta, a qual enfatiza que as línguas não podem ser estudadas apenas como estruturas autônomas, dissociadas do uso, uma vez que elas existem para estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes.

A noção de sistema de Saussure muda os rumos dos estudos linguísticos. Por meio de seus discípulos, a língua adquire o sentido de estrutura, termo que subjaz ao conceito de um conjunto de signos que se relacionam entre si num todo organizado. Após a publicação do *Cours de linguistique générale*¹ em 1916, a tendência em se analisar sincronicamente a estrutura da língua se desenvolveu, tendo como marco inicial trabalhos desenvolvidos no Círculo de Praga. A análise linguística focava as relações internas que estruturavam os elementos da língua. (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

Assim, o termo função passa ser recorrente nos estudos da Escola Linguística de Praga que o utiliza relacionado "à dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio" e em relação à função comunicativa deste elemento. Contudo, o que caracterizou as análises funcionalistas dos linguistas de Praga foi a visão de língua como "um sistema funcional, no sentido que é utilizada para um determinado fim" (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

Os mais representativos estudos acerca dos estudos funcionalistas da linguagem são habitualmente relacionados às concepções da Escola Linguística de Praga. Denomina-se Escola Linguística de Praga um grupo de autores que integram o que se conhece como Círculo Linguístico de Praga, idealizado em 1926 pelo linguista Vilém Mathesius². Atribui-lhe aos membros dessa escola os primeiros estudos em termos funcionais, uma vez que os linguistas de Praga buscaram entender a linguagem, tendo em vista as funções desempenhadas pelos vários componentes linguísticos estruturais, considerando o uso.

¹ Curso de linguística Geral (Tradução nossa).

² Vilém Mathesius foi um linguista tcheco e um historiador literário, um estudioso da literatura tcheca e inglesa.

As sentenças para os Linguistas de Praga são consideradas “como unidade comunicativas porque, ao mesmo tempo em que veiculam informações, estabelecem ligação com a situação de fala e o próprio contexto linguístico” (NEVES, 1997, p.17). Assim a ordem das palavras para esses estudiosos constitui o principal fator de organização informativa da frase.

Desse modo, o funcionalismo liga-se historicamente às propostas da Escola Linguística de Praga, uma vez que:

Concebiam a linguagem articulada como um sistema comunicação preocupavam-se com os seus usos e funções, rejeitavam as barreiras intransponíveis entre diacronia e sincronia e preconizavam uma relação dialética sistema e uso (NEVES, 1997, p. 6).

O que justifica a essas propostas por assentar uma consideração dinâmica da linguagem, pela qual as relações entre estrutura e função são vistas como instáveis, dada a força que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

Percebe-se, que o movimento estruturalista, legado das concepções saussurianas de linguagem, se ramificou de acordo com as visões dos estudiosos e a significância dada ao termo função. Martelotta e Areas (2003) dizem que essa alternância na abordagem estrutural, no que pertence ao estudo da língua, ora como uma entidade autônoma, ora como sistema funcional, influenciou duas grandes tendências teóricas dos estudos linguísticos, a saber: O formalismo e o funcionalismo.

A visão formalista estuda as características internas da língua, preocupando-se com questões relacionadas à estrutura linguística e deixando de lado as relações entre a teoria da linguagem e seu uso. De acordo com o pensamento formalista a língua é um sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana, ou seja, a língua é inata.

Adotando este princípio, Chomsky define um programa de investigação de análise linguística dedicando-se inicialmente às propriedades estruturais, em que são postuladas regras sem a preocupação de explicá-las e sim, evidenciá-las quanto a sua ocorrência. Apesar de reconhecer a importância das relações entre o significado e seu uso contextualizado, Chomsky acredita “que é melhor estudá-las posteriormente ao estudo da estrutura da língua” (DILLINGER, 1991, p. 395).

Para Halliday (1985, p. 28-29), as gramáticas formais se opõem às funcionais porque, assentadas na lógica e na filosofia, têm uma orientação primariamente sintagmática. As funcionais, por seu lado, assentadas na retórica e na etnografia, são primariamente paradigmáticas. As diferenças entre essas duas correntes da gramática são apontadas por Halliday, do modo como resumo no Quadro 2.

QUADRO 2: Diferença entre a gramática formalista e a gramática funcionalista

Gramática formalista	Gramática funcionalista
Orientação primariamente sintagmática	Orientação primariamente paradigmática
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase)	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso)

HALLIDAY (1985, *apud* NEVES, 1997).

Dik (1989) analisa as duas grandes correntes, contrapondo o paradigma formal ao paradigma funcional. O termo "paradigma" é proposto para designar cada conjunto de crenças e hipóteses em interação.

No paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, já no paradigma funcional, as expressões linguísticas não são objetos funcionais apenas arbitrários, mas têm propriedades compassivas e são determinadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana (DIK, 1986, p. 2-7, tradução nossa).

Nessa contraposição, propõem-se oito questões, que o quadro 3 resume. Ou seja, de acordo com Dik³.

³ Texto original: In the formal paradigm, a natural language is seen as an autonomy abstract system, comparing to the ways of use; in the functional paradigm, the linguistics expressions aren't just arbitration functional objects, but with compassionate properties that are determined by pragmatic determinants from human verbal interation. (DIK, 1986, p. 2-7)

QUADRO 3: Diferença entre o paradigma formal e o paradigma funcional

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e - contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

DIK (1989, *apud* NEVES, 1997, p. 182).

De acordo com Hoffman (1989, p. 114) uma gramática formalmente orientada trata da estrutura sistemática das formas de uma língua, enquanto uma gramática funcionalmente orientada analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua.

O funcionalismo, apesar de herdeiro do estruturalismo, caracteriza-se como um movimento que enfatiza as funções internas e externas das unidades linguísticas. Neves explica que:

Na realidade a abordagem da Escola de Praga pode ser entendida como um “estruturalismo funcional”, já que de acordo com a afirmação das *Thèses* (1929) do Círculo Linguístico de Praga de que a língua é um sistema

funcional, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional (NEVES, 1997, p. 17).

1.1 FUNCIONALISMO: SEUS DIFERENTES MODELOS

Neste tópico será introduzido que há diversos modelos funcionalistas, que focalizam aspectos diferentes.

1.1.1 O modelo sistêmico-funcional

O modelo de Halliday, que vem sendo elaborado há mais de trinta anos, é sistêmico-funcional, pois se enquadra numa gramática sistêmica que se interpreta metafuncionalmente. HALLIDAY (1963, *apud* NEVES, 1997) expõe que a teoria linguística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a "cadeia" (o sintagma) e a "escolha" (o paradigma).

Dessa forma, ao considerar o modelo sistêmico, há uma implicação nas escolhas entre os termos do paradigma, com a ideia de que escolha produz significado. Assim, a gramática é o mecanismo linguístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973, p. 364). Ou seja, a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua.

A partir daí, os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais. Assim, de acordo com Halliday (2004), todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o "ideacional", ou reflexivo, e o "interpessoal", ou ativo. Esses componentes, as *metafunções* da teoria de Halliday, são as manifestações, no sistema linguístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associado a esses dois, o terceiro componente metafuncional, o "textual", lhes confere relevância.

Assim sendo, cada elemento, numa língua, é explicado por referência à sua função no sistema linguístico total. Nesse sentido, uma gramática funcional é a que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Numa gramática funcional, assevera Halliday (2004), uma língua é interpretada como um sistema semântico. O termo *semântico* não se refere, aí, apenas, ao significado das palavras: é todo o sistema de significados da língua.

Halliday (*op. cit.*) apresenta uma visão geral de sua "gramática funcional", esclarecendo que deixa de lado o aspecto sistêmico da gramática, uma vez que trata apenas o funcional. Para ele, uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural", no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em último caso, com referência à como a língua é usada. Seus objetivos são, realmente, os usos da língua já que são estes através das gerações, têm dado forma ao sistema.

1.1.2 O modelo da competência comunicativa

A linguagem é concebida como o componente da competência comunicativa do homem que o habilita a estabelecer relações comunicativas por meio das expressões linguísticas (Dik, 1978, p.1). Dessa forma, uma teoria da gramática não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como são usadas e em relação aos propósitos desses usos Dik (*op. cit.* p. 2).

A gramática funcional para Dik é uma relação de componentes integrados. Dik (*op. cit.*) inclui a pragmática desde os seus primeiros trabalhos⁴:

A própria função referencial da linguagem é considerada como uma ação pragmática, cooperativa: um falante quer levar um destinatário a deduzir uma mensagem coerente a partir do conhecimento dos significados codificados nos signos, do conhecimento da situação e do conhecimento do mundo em consideração, isto é, a partir da informação pragmática (DIK, *op. cit.*, p. 128, tradução nossa).

Portanto, a gramática funcional é, então, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja "pragmaticamente adequada" (Dik, *op. cit.*, p. 6), embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio dos arranjos sintaticamente.

Dik (1980) distingue o *sistema* da língua e o *uso* da língua, mas evita estudar cada um deles fazendo abstração do outro, uma vez que⁵:

⁴ Texto original: The referential function of language itself is considered as a pragmatic action, cooperative: a speaker wants to lead a recipient to deduce a correct message from the knowledge about the coded means in signs, from the situational knowledge and knowledge of the world, taking consideration, thus, from pragmatic information (DIK, *op. cit.*, p. 128)

⁵ Texto original: the enunciated forms aren't understood as independent from its function, since that a complete description includes references about the speaker, the listener and his papers and statute inside the situation of interaction sociocultural determined. In a functionalist point of view the relation between recipient's interaction and the interpretation of the recipient, taking a verbal interaction, has the linguistic expression just as mediation. (DIK, 1980, p. 1)

A forma dos enunciados não é entendida como independentemente de sua função, uma vez que uma descrição completa inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. De um ponto de vista funcionalista, a relação entre a intenção do destinador e a interpretação do destinatário, na interação verbal, tem a expressão linguística apenas como mediação. (DIK, 1980, p. 1, tradução nossa).

Dik (1989, p. 9) defende que a expressão linguística é função: da intenção do falante; da sua informação pragmática; da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte. E a interpretação do ouvinte, por seu lado, é função: da expressão linguística; da sua informação pragmática; de sua conjectura sobre a intenção que o falante tenha tido.

No modelo de Dik (*op. cit.*) todos os itens lexicais de uma língua têm de ser analisados dentro da predicação e, no reverso, já que:

Todos os predicados básicos de uma língua compõem o seu léxico, sendo este, pois, o estoque completo das estruturas predicativas básicas (predicados e termos da língua). Todos os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou de relações, e diferentes categorias de predicados se distinguem, de acordo com suas propriedades formais e funcionais. (DIK, *op. cit.*, p. 54, tradução nossa).

Dik fixa-se particularmente na visão da interação verbal por via dos usuários, preocupando-se, entretanto, em valorizar o papel da expressão linguística na comunicação (NEVES, 2007, p.19).

1.1.3 O modelo Cognitivo

O funcionalismo mesmo sem conceber um modelo cognitivista de gramática, assenta uma relação entre gramática e cognição, podendo haver diversos modelos, diferenças quanto a essa relação.

Dessa forma, Givón fixa-se particularmente no postulado da não autonomia do sistema linguístico, na concepção da estruturação interna da gramática como organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática e no exame dos aspectos icônicos da gramática. Assim, para GIVÓN (1995 *apud* NEVES, 2007), a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo porque a gramática só pode ser entendida por referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

Givón (2012)⁶ considera a existência de uma correlação icônica entre o ‘empacotamento’ cognitivo e o ‘empacotamento’ gramatical, mas reconhece a possibilidade de que, sem que isso implique diferenças profundas na cognição do evento, as diversas línguas apresentam diferenças na codificação estrutural de um mesmo evento ou na codificação de semelhantes tarefas do processamento de fala, isso pelo fato de haver diferentes recursos à disposição do falante nas diferentes línguas.

Lakoff (1987), que considera a gramática como uma categoria radial de construções gramaticais, pela qual se estabelece uma relação de correspondência entre o modelo cognitivo (que caracteriza a significação e os aspectos correspondentes da forma linguística).

Neves (1997) apresenta que enquanto alguns limitam a motivação cognitiva às representações conceituais – especialmente o domínio do léxico – outros estendem essa motivação a toda gramática, o que implica considerar que entre a gramática e a base conceitual existe uma relação icônica.

De acordo com Neves (1997, p. 100) em um modelo cognitivista da gramática a estruturação das categorias linguísticas se faz dentro dos mesmos princípios que orientam a estruturação de todas as categorias humanas, por exemplo, as perceptuais. Dessa forma, supõe-se que a teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações entre as categorias linguísticas e as categorias cognitivas, considerando uma relação icônica entre os sistemas.

Já Castilho (2010, p. 69) expõe que a teoria funcionalista-cognitivista pode ser definida pelos seguintes postulados: a) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; b) a língua é uma competência comunicativa; c) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; d) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; e) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

Nesse modo, Castilho (*op. cit.*) complementa que “as línguas naturais representam em suas estruturas as categorias cognitivas de pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade, quantidade, entre outros.” Assim, a representação linguísticas dessas categorias mudam de língua para língua, ou no interior de uma mesma língua, ao longo de seu percurso histórico. Porém as categorias cognitivas permanecem, pois integram os atributos da raça humana.

⁶ Tradução: Maria Angélica Furtado, Mário Eduardo Martelotta e Felipe Albani. *A compreensão da gramática*, 2012.

1.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DE DUAS ABORDAGENS FUNCIONALISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Os estudos funcionalistas têm sido de grande incremento no Brasil nos últimos anos, particularmente nos anos 90, do século XX. Os polos de interesse estão localizados especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os pioneiros no país a estudar o Funcionalismo foram Evanildo Bechara e Rafael Hoyos-Andrade, o primeiro na linha estruturalista-funcionalista de E. Coseriu, e o segundo na linha de contração sintática de A. Martinet.

Dentre tantos estudiosos contemporâneos acerca do funcionalismo no Brasil, podemos citar Maria Helena de Moura Neves e Ataliba Teixeira de Castilho. Sendo assim, vejamos dois tipos de funcionalismo presentes no Brasil.

Vale ressaltar que para Moura Neves (2011 [2000]) e Castilho (2010), não usam mais o termo modelo para explicar qual o seu tipo de funcionalismo, os autores em referência preferem chamar de abordagem.

1.2.1 A abordagem multifuncional

Maria Helena de Moura Neves recebeu sua formação superior na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e é licenciada em Letras (em Português-Grego, 1970, e em Alemão, 1974). Moura Neves desenvolve trabalhos sobre gramática de usos do português, texto e gramática, história da gramática, descrição da língua portuguesa e funcionalismo, contribuindo assim para as áreas de Linguística, Linguística Aplicada e Língua Portuguesa.

Moura Neves (1997) defende que a gramática funcional é uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social. É uma teoria que acerta que as relações entre as unidades e as funções das unidades e as funções das unidades têm prioridades sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. Dessa forma, Neves (1997) explica que:

Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar, interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. (NEVES, 1997, p. 15)

Em outras palavras, a gramática funcional para Neves visa explicar as regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

Neves ao pensar no estudo do funcionalismo na gramática, expõe em um artigo publicado na *Revista letra magna* do ano de 2006 que é necessário insistir no fato de que a finalidade de qualquer gramática de referência é a busca das regularidades, a especificação da sistematicidade da atividade linguística, o corresponder ao registro da sistematização. Dessa forma, ela explica que por mais que uma gramática se comprometa numa visão que capte as instabilidades (sempre em equilíbrio) da linguagem, não se espera dela uma simples descrição de fatos soltos, ou seja, uma análise que ignore o sistema igualmente regulador de todos os enunciados da língua, quaisquer que sejam suas manifestações episódicas.

Sobre a relação entre texto e gramática Maria Helena de Moura busca mostrar a indeterminação das entidades texto e gramática nos seguintes termos:

A interação verbal é uma atividade estruturada (com regras, normas e convenções), mas também é uma atividade cooperativa, e, desse modo, ativam-se, na linguagem (que é sempre uma interação), dois sistemas de regras: as que regem a constituição das expressões linguísticas (regras sintáticas, semânticas, morfológicas e pragmáticas) e as que regem o modelo de interação verbal no qual as expressões são usadas (regras pragmáticas) (NEVES, 2007, p. 13).

De forma geral, a estudiosa complementa o conceito de funcionalismo apontando que essa teoria busca entender para que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo de dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão, explicando que:

Na tradição desse modelo de ver a linguagem destaca-se um centro condutor de reflexão que é a noção de ‘função’, entendida não apenas como entidade sintática, mas como a união do estrutural (sistêmico) como o funcional. Rejeitando uma preocupação com a pura competência para a organização gramatical de frases, a reflexão se dirige para a multifuncionalidade dos itens, ou seja, para uma consideração das estruturas de expressão das funções a que serve a linguagem, que por natureza é funcional (NEVES, 2007, p.18).

Dessa forma, Maria Helena de Moura Neves ao constituir esse pensamento, observa que as estruturas linguísticas recebem a configuração de função, e as suas diferentes funções são os diferentes modos de significação do enunciado, o que ajuda na comunicação entre usuários de uma língua.

Assim, ao pensar na sua obra *Gramática de usos*, Neves parte do princípio da multifuncionalidade observando diferentes níveis de descrição da língua, definida da seguinte forma:

A gramática de usos do português constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. Para isso, parte dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua e, explicitando o seu uso em textos reais. (...) isto é, vai mostrando as regras que regem o funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto (NEVES, 2011, p.13).

Portanto, observamos que Neves parte do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função, e de que as entidades da língua têm de ser avaliadas em consonância com o nível em que ocorrem e tendo sua relação com o texto.

Assim, Neves busca uma gramática como “funcionamento”, ou seja, uma gramática que contenha organização das relações, construção das significações, definição dos efeitos pragmáticos, enfim, uma gramática que procura fazer do texto uma peça em função. Dessa forma, Neves explica que

Categorias e processos não se perfilam automaticamente, e muito menos previamente, a não ser pela vocação de determinadas categorias para determinadas funções. Nem se permite supor que a correspondência seja um a um, ou que haja enquadramentos fixos, porque, se assim fosse, a língua não funcionaria em linguagem, dada a multiplicidade de sentidos e efeitos que a linguagem por natureza obtém no seu acionamento, para que cumpra suas funções. A sua natural indeterminação, a multifuncionalidade de seus itens, a fluidez de fronteiras, a existência natural de permeações categoriais, isso é o que permite que a língua diga aquilo que é necessário, que é bom, e que é relevante que se diga, bem como aquilo que é belo e encanta com a palavra. (NEVES 2013)

No mais amplo contexto em que as propostas funcionalistas têm-se manifestado observamos que Maria Helena de Moura Neves no livro *Texto e gramática* deixa claro que não se filia rigidamente a nenhuma corrente teórica funcionalista particular, apenas se vincula à proposta geral de contemplar os usos linguísticos, para o exame da funcionalidade da linguagem.

1.2.2 Abordagem multissistêmica

Ataliba Castilho recebeu sua formação superior na Universidade de São Paulo entre 1956-1960, em um contexto em que o estudo da língua vernácula era entendido como estudo da língua em suas fases passadas e a prática mais cultivada era a explicação de escritos

medievais. De certo modo, contrariando essa tendência, nesse mesmo período, Castilho dedicou a sua primeira pesquisa a um problema linguístico do português contemporâneo: o aspecto verbal. Ao fazer essa escolha, marca a sua adesão à Linguística. Como se sabe, desde a década de 1960 até os dias de hoje, várias escolas se sucederam na vanguarda dos estudos linguísticos trazendo ideias inteiramente novas – o estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo são alguns exemplos.

Ilari (2010) no prefácio da gramática (*Gramática do português Brasileiro*) discorre para nós leitores essa adesão:

O livro que ele oferece agora ao leitor é profundamente coerente com essa história e com os compromissos assumidos diante da realidade linguística brasileira pelos linguistas daquela geração. Em vez da atitude do filólogo, que consiste em fazer reviver estados passados da língua a propósito de textos, toma como objeto de estudo a língua em seu estágio atual. Em vez da obsessão prescritiva própria dos gramáticos, que leva a falar de uma língua irreal como se ela existisse de fato, encontramos nele a preocupação de apresentar ao leitor fatos concretamente observados, com todo o rigor possível. Em vez de tomar como referência os textos escritos, elege como amostra preferencial da língua a sua manifestação aparentemente mais caótica – a conversação falada (ILARI, in CASTILHO, 2010, p. 26).

Em suma, percebemos através desse excerto que o livro traz um estudo em que a língua aparece tal como ela é, e não recua em face de sua aparente falta de regularidade.

Ainda no prefácio da gramática, Ilari (2010) informa que Castilho defende uma teoria da linguagem lançada há alguns anos, por ele batizada de “multissistêmica”. E assim a explica:

Como o próprio nome indica, trata-se de uma teoria modular. De acordo com essa teoria, em todo enunciado linguístico, encontramos simultaneamente quatro formas de estruturação: lexical, sintática, semântica e discursiva. Essas quatro formas de estruturação não aparecem hierarquizadas, mas há entre elas uma articulação, garantida por um dispositivo sociocognitivo (p. 28).

Dessa forma, observamos que cabe à análise explicar o que acontece em cada uma dessas estruturas, e um dos pressupostos da explicação é que elas não funcionam de maneira estanque nem linear, sendo de regra a interação entre elas. Em suma, Ilari (2010) declara que, para Ataliba de Castilho, “quem analisa os enunciados de uma língua envolve-se numa incessante manipulação de funcionamentos cognitivos e deve estar preparado para abandonar o conforto das correspondências biunívocas” (p. 28)

Com isso, Ilari (2010) mostra que, no modelo multissistêmico adotado por Castilho, há uma influência dos ensinamentos de alguns funcionalistas do século xx, como M. A. K. Halliday e Simon Dik, e é provavelmente por isso que, ao descrever suas opções teóricas

mais importantes, Ataliba Castilho se declara funcionalista. Ilari (2010) ainda explica o caráter da complexidade dos sistemas científicos:

É preciso ressaltar, entretanto, que seu funcionalismo reivindica como fundamento uma concepção de ciência bem mais complexa do que a dos grandes funcionalistas da segunda metade do século xx: aqueles autores se enquadravam na concepção de ciência conhecida como “clássica”, que busca para seus objetos de estudo representações estáticas; ao contrário, Ataliba Castilho assume neste livro a concepção de ciência conhecida como “ciência do caos” ou “ciência dos sistemas complexos” (p.28).

Ou seja, para Ataliba Castilho, a linguagem é precisamente isso: um sistema complexo, processual por natureza, dinâmico e até certo ponto imprevisível. Em sua gramática Castilho confirma o que Ilari (2010) expôs no prefácio acerca da teoria adotada asseverando o seu caráter funcionalista cognitivista:

A teoria multissistêmica aqui exposta tem um forte conteúdo funcionalista-cognitivista. Reconheço que ainda é impossível descrever todos os movimentos mentais envolvidos na atividade linguística. Mas não há dúvida de que em cada som emitido, em cada sinal gráfico lançado ao papel, toma corpo um enorme conhecimento linguístico que foi ativado, permitindo o milagre da compreensão mútua por meio de tão poucos sons e letras, e de tão escassas palavras e construções (CASTILHO, 2010, p. 32).

Essa leitura realizada por Ilari (2010) sobre a abordagem multissistêmica proposta por Castilho é confirmada por este em um artigo em que esclarece a teoria adotada para a construção da nova gramática do português brasileiro, uma vez que ela procura responder a uma pergunta crucial: qual é o trabalho que os brasileiros vêm desenvolvendo sobre a Língua Portuguesa?

Dessa forma, ele informa que o ponto de partida para o desenvolvimento dessa abordagem foram as análises que os pesquisadores do Projeto de gramática tinham encomendado a um de seus participantes, Mílton do Nascimento⁷, por ocasião do IV Seminário desse projeto, realizado em Belo Horizonte.

Sendo assim, Castilho (2010b) informa que essas primeiras análises desenvolvidas por Milton do Nascimento representou uma tentativa de construir uma unidade teórica no grupo da gramática, ausente até aquele momento, o que representou um desafio a uma das crenças dos seus participantes, a de que sem uma articulação teórica compartilhada não se avança na análise linguística. Essa iniciativa se revelou afinal o grande trunfo do grupo. O que parecia uma grossa besteira, juntar pessoas que pensam diferente à volta de um objetivo comum e de um corpus comum, se transformou num sucesso evidente, até prova em contrário. Dessa

⁷ Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Gramática Gerativa, Linguística Cognitiva e Produção/Recepção de Textos.

forma, Castilho (2010b) chama atenção para o caráter estático da gramática descritiva em vigor:

Milton nos foi mostrando que a gramática que se estava escrevendo focalizava fortemente os processos linguísticos, não se limitando à esperada apresentação de uma lista de produtos, devidamente empalhados e catalogados: Nascimento (1993/2005). Afinal, classificar produtos sempre foi o prato forte das gramáticas descritivas. Mas nós brasileiros estávamos caminhando para outra direção (p, 122).

Castilho (2010b) informa também que, na vigência do Projeto para a História do Português Brasileiro, frequentou alguns cursos sobre gramaticalização num dos Institutos de Verão da Sociedade Americana de Linguística, em que chegou à conclusão em relação ao conceito de gramaticalização como tema caro ao funcionalismo:

A gramaticalização retrata as palavras e as construções em sua interminável construção e reconstrução, demonstrando que a língua é, de fato, uma tremenda *enérgeia*! É por isso que a gramaticalização se tornou a *pièce de résistance* do Funcionalismo. (CASTILHO, p. 122, 2010b)

Mas ele relata que enquanto lia a bibliografia, descobriu que certos aspectos da língua possuíam algumas irregularidades, conforme esclarece:

Em primeiro lugar, ficou claro para mim que a abordagem funcionalista abriga uma crise derivada de seu hesitante ponto de vista sobre a língua, em que se combinam a abordagem clássica, que focaliza os produtos, e uma abordagem ainda pouco clara, em que se focalizam os processos. (CASTILHO, p. 122, 2010b)

Dessa forma, como uma possível saída para as irregularidades encontradas, Castilho (2010b) assevera que seria preciso tentar a formulação de uma teoria que entendesse a língua como um sistema complexo e dinâmico, suficiente para enquadrar adequadamente os processos da linguagem, para além da gramaticalização. Assim, desembocou no que denomina de “*abordagem multissistêmica da língua*”, que implicará numa nova agenda de pesquisas, necessariamente interdisciplinares, pois qualquer fenômeno será estudado a partir de quatro perspectivas: “ (i) Léxico e lexicalização, (ii) Semântica e semanticização, (iii) Discurso e discursivização, (iv) Gramática e gramaticalização” (CASTILHO, p. 123, 2010b).

CAPÍTULO II

O PROCESSO DA CORRELAÇÃO

A correlação, na gramática tradicional, é considerada como um simples recurso retórico que pertence à coordenação e à subordinação, com a função de enfatizar igualmente os termos conectados. A *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, por sua vez, menciona esse processo sintático apenas em seu anteprojeto, como uma forma de oração coordenada assindética. b

Na gramática tradicional, as sentenças complexas são abordadas em capítulos destinados ao estudo do “período composto”, através de dois processos sintáticos básicos: a coordenação e a subordinação, e a sua classificação se faz de acordo com o grau de dependência sintática entre elas. No entanto, os estudos funcionalistas vêm revelando que essas classificações apresentadas pela nomenclatura da gramática tradicional apresentam incoerências, principalmente em relação à ideia de dependência sintática.

Para os gramáticos tradicionais, as orações são divididas em coordenadas, aquelas que não apresentam dependência sintática entre si, e as subordinadas, aquelas que apresentam dependência sintática entre si. As orações coordenadas subdividem-se em assindéticas, aquelas que não apresentam conjunções, e sindéticas, aquelas que apresentam conjunções, podendo ser aditivas, explicativas, alternativas, conclusivas ou adversativas. Já as orações subordinadas são subdivididas em subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, sendo que cada uma delas ainda apresenta subclassificações de acordo com a função que desempenha em relação à oração principal.

José Oiticica (1945; 1952) considera a correlação como sendo um mecanismo sintático que difere da coordenação e da subordinação. Ela seria o processo de composição do período em que existe interdependência das orações.

No livro intitulado *teoria da correlação*, obra da língua portuguesa que mais apresenta contribuições para a análise desse fenômeno, lançado em 1952, o autor, analisa de forma minuciosa, a correlação. Oiticica embasa a sua análise em dois pontos fundamentais: o modo como as orações se interligavam- “...entre elas aparecem sempre dois termos conectivos”; e a interdependência semântica entre as orações, na qual reside toda a força da Correlação- “(...) os pensamentos estão conexos, neste caso, por dois termos que, sempre, além disso, devem estar explícitos” (OITICICA, 1952, p. 17).

Quanto à classificação das orações correlatas, Oiticica (1952), que considerar a correlação como um processo sintático autônomo, divide as orações correlatas em aditiva, comparativa, consecutiva e quantitativa. Assim, segundo esse autor, as orações correlatas se dividem em:

I – Comparativas, que apresentam duas subdivisões: a) Qualitativas – “as orações se prendem uma à outra por comparação, com paralelismo na apresentação dos dois conceitos”. Este é estabelecido pelo uso do pronome tal no início das duas orações. Exemplo: Tal era o pai, tal hoje é o filho: b) Quantitativas – de igualdade - Exemplo: Tanto gritava a mulher quanto gritava o filho; de superioridade- Exemplo: O velho trabalha mais do que o moço; e de inferioridade- Exemplo: Nós vendemos menos do que vocês.

II – Aditivas: Exemplo: Não somente procederam mal, mas também acusaram dois empregados inocentes.

III – Consecutivas: Exemplo: O susto foi tal, que a moça desmaiou.

A *Teoria da correlação* contou com alguns adeptos fervorosos, dentre os quais, Gladstone Chaves de Melo, que também defendeu o processo correlativo como independente dos outros processos, como atesta a seguinte passagem:

Para nós a correlação é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois, um processo complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo, muitas vezes ocorre como que uma retenção para um salto, a que se segue o salto. (Melo, 1968, p. 152)

Com isso, o que percebemos que Melo (1968) considera o processo da correlação como independente da coordenação e da subordinação, como sendo um terceiro tipo de classificação, pois se trata de um processo complexo, em que há a intensificação de um dos elementos da frase.

Já Luft (1983, p. 47) discorda dessa caracterização ao asseverar que não há motivo algum para classificar a correlação como um processo especial de composição do período. Não que ela não exista, mas seria apenas um tipo especial de ligação que se estabelece dentro da coordenação e da subordinação.

Assim, percebemos que se faz necessário mostrar a apresentação do quadro abaixo elaborado por Rodrigues (2007, p. 230), uma vez que nos mostra um breve resumo acerca do tratamento dado à correlação na gramática tradicional.

QUADRO 4: a correlação para a gramática tradicional

Gramático	Explicitação da nomenclatura ORAÇÕES CORRELATAS	Menção indireta à correlação
Bechara (1987, p. 216)	_____	_____
Bechara (2004, p.321)	_____	Não tem uma explicitação da nomenclatura, mas diz que “A expressão enfática da conjunção aditiva e pode ser expressa pela série <i>não só... mas também</i> e equivalentes”
Cunha (1990, p. 539) Cunha & Cintra (1985, p. 578-601)	_____	Orações comparativas, consecutivas e, às vezes, proporcionais podem estar em correlação com um membro da oração principal.
Rocha Lima (1998, p.259-)	_____	Menciona “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas” (cf. orações su- e coordenadas aditivas)
Luft (1983, p.45-64)	Orações correlatas aditivas, comparativas, consecutivas e proporcionais (p.46)	_____
Kury (2002, p.62-109)	Orações consecutivas correlatas (p.98) e orações proporcionais correlatas (p. 104)	Menciona: <ul style="list-style-type: none"> • aditivas com correlação (p.66) • palavra ou locução correlativa (p. 91 – orações comparativas) • comparativas quantitativas se acham em correlação com uma palavra intensiva da oração principal (p.92)
Azeredo (2008, p. 289-351)	_____	A correlação é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático distinto da coordenação e da subordinação (p.351).

(Rodrigues 2007, p. 230)

Sendo assim, o que percebemos no quadro no quadro fornecido por Rodrigues (2007), é que a correlação não é mencionada por Bechara (2004, p, 321), pois não há uma explicitação da nomenclatura, mas esse autor faz referência “a expressão enfática da conjunção aditiva e pode ser expressa pela série *não só..., mas também* e equivalentes”.

Já Cunha (1990, p. 539) e Cunha & Cintra (1985, p. 578-601) menciona de forma indireta a correlação apenas nas orações consecutivas e as vezes nas orações proporcionais em relação a oração principal.

Rocha Lima (199, p. 259) afirma o caráter enfático da correlação: “dar mais vigor à coordenação”. Nessa mesma direção, Bechara (2009, p. 321) acentua o caráter enfático da correlação aditiva: “expressão enfática da conjunção aditiva *e* pode ser expressa pela série *não só... mas também* e equivalentes”.

Luft (1983, p.45-64) menciona de forma direta a correlação nas orações aditivas, comparativas, consecutivas e proporcionais.

Já Kury (2002, p. 62-109), observamos que ele menciona de forma direta as orações correlatas consecutivas e as orações correlatas proporcionais e menciona de forma indireta as orações correlatas aditivas, as orações correlatas comparativas.

Avançando em relação aos gramáticos tradicionais, Azeredo acrescenta o componente discursivo na caracterização do processo correlativo, ao afirmar que, “a correlação é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso”, portanto, distinto dos processos sintáticos distintos da coordenação e da subordinação” (AZEREDO, 2008, p. 351).

Neves (1999) ressalta que a postulação de adendos como “coordenação gramatical e subordinação psicológica” na análise de certas frases complexas portuguesas é uma armadilha que não resolve o problema de distinção entre estruturas coordenadas e subordinadas. Baseada na proposta de Halliday (1985) de cruzamento de um eixo tático (de interdependência) com um eixo semântico-funcional (de relação entre processos), a autora aponta a importância de se fazer uma abordagem sistêmica dos processos possíveis de vinculação de sentenças:

Se, por exemplo, uma coordenação é, no eixo tático, uma parataxe (uma continuação) tanto quanto a aposição, entretanto no eixo lógico-semântico é possível distinguir entre o caráter de extensão, que tem a coordenação, e o caráter de elaboração, que tem a aposição. Essas duas relações, por outro lado, se distinguem de uma articulação causal, ou de uma articulação condicional, por exemplo, em ambos os eixos: trata-se, agora, no eixo tático, de uma hipotaxe (uma dominação), e, no eixo semântico-funcional, de um caso de realce, ou encarecimento (nem extensão nem elaboração) (NEVES, 1999).

A literatura da correlação aponta também outros autores que consideram a correlação um processo de formação do período composto. Rodrigues (2010) aponta autores além de Mel, Chediak e Ney, que defendem a ideia de que a correlação seria distinta do fenômeno da coordenação e do fenômeno da subordinação, visto que enquanto a subordinação é marcada pela dependência sintática das orações e a coordenação é marcada pela independência entre elas, a correlação é marcada pela interdependência das orações. É o que encontramos em Rodrigues (2010, p. 18) quando cita Castilho:

Castilho (1988), ao apresentar os tipos de ligação sentencial, utiliza-se do conceito de sentenças complexas – duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlativamente. Tais sentenças envolvem três tipos de relação intersentencial: (I) estruturas independentes ou coordenadas; (II) estruturas dependentes ou subordinadas; (III) estruturas interdependentes ou correlatas. (Rodrigues, 2010, p. 18)

Dessa forma, percebemos que o período composto por correlação difere do período composto coordenação e do período composto por subordinação em relação a sua estrutura, como também em relação se estabelece entre as orações formadoras do período. Com isso, na correlação, cada elemento gramatical na primeira oração corresponde a outro elemento gramatical na segunda, ou seja, a união sintática de dois sintagmas ou de duas orações é feita através de um par de palavras ou locuções que separadamente assinalam cada um dos termos conectados. Essa relação é estabelecida por meio de expressões correlatas, sendo que, conforme ressalta Azeredo (2002, p. 156) “a maior parte das palavras gramaticais que a realizam é emprestada de outras classes, como os advérbios tanto quanto, mais e também”.

Módolo (2008) assevera que as sentenças correlatas têm uma relação de interdependência, uma vez que a estrutura das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente veiculada por expressões conectivas. Desse modo, a correlação apresenta um relacionamento simultâneo entre as partes, em que o processo de redobrimento sintático está na base de sua gramaticalização.

Do exposto, podemos concluir que as sentenças correlatas que as sentenças correlatas, como afirma têm uma relação de interdependência, em que a estrutura das duas sentenças que se relacionam está estreitamente veiculada por expressões conectivas.

CAPÍTULO III

A MACRO ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS E A CORRELAÇÃO

Neste capítulo, ocorrerá a análise do nosso trabalho. No primeiro tópico serão analisados os princípios gerais e a macro organização dos conteúdos nas gramáticas pesquisadas. No segundo tópico, são descritas as dimensões analíticas das sentenças correlatas em ambas as gramáticas, bem como semelhanças e diferenças encontradas na nomenclatura adotada pelos autores das gramáticas em estudo.

3. Os princípios gerais e a macro organização dos conteúdos nas gramáticas

3.1 *Gramática de usos do português: a contextualização do fenômeno linguístico em seu uso no texto*

A *Gramática de usos do português* (2011), de Moura Neves, procura estudar os fenômenos da língua por meio de textos autênticos, mas não é apenas uma simples gramática, Moura Neves deixa claro que em sua gramática não há um estudo de memorização de regras ou de classificação, ela procura através dos textos contextualizar o conteúdo e o fenômeno linguístico ser analisado em seu uso, em sua função e não visto isoladamente como vemos em muitas gramáticas tradicionais.

A gramática procura dar um certificado a mais ao uso dos fenômenos linguísticos. Esse certificado não parte apenas de saber o que significa ou como é a classificação desse termo em um dado contexto, mas saber a amplitude que aquele termo pode desempenhar, a função e suas funcionalidades, saber que as regras não são estáticas e que podem mudar de acordo com o contexto que determinado termo está inserido.

Dessa forma, essa gramática mostra que decorar regras ou apenas saber classificar determinados termos não é o suficiente para se estudar a língua, vai mais além do que uma breve classificação: é preciso também saber a sua funcionalidade. Assim, essa busca de estudos pela própria língua através dos textos se faz nesta gramática, o que podemos observar nesta gramática é que ela não é uma gramática que dita regras, cheia de classificações, que se estrutura começando pela Fonética, depois Morfologia e pôr fim a tão temida Sintaxe.

A começar pelo título da Gramática “... *de usos do português*”, pode-se depreender que se trata de um trabalho de clara influência da linguística moderna por pressupor, primeiro, a língua como algo plural, nada homogênea, aceitando-se seguramente que possui variáveis

como: variante padrão, coloquial, gíria, caipira, etc., segundo, que assume formas diferentes: escrita e oral.

Na apresentação da “Gramática de usos do português”, a autora afirma que ela “... constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil”. Isto significa que se trata de um estudo eminentemente sincrônico. E ainda informa que a gramática “... parte dos itens lexicais e gramaticais da língua e, especificando o seu uso em textos reais, vai compondo a “gramática” desses itens, isto é, vai mostrando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto” (p. 14). Neste excerto, o uso mesmo do sintagma nominal “itens lexicais” evidencia a influência da linguística que, a partir dos anos 50 do século XX, incorporou esta denominação como parte de sua metalinguagem.

Em outro momento, a autora assevera: “A meta final, no exame, é buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função ...” (p. 13), depreendendo-se daí o caráter polissêmico que os itens assumem nos diversos níveis de língua – variáveis em que aparecem. Esta impressão reforça-se quando à frente a autora afirma: “As partes se dividem segundo os processos que dirigem e organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto: a predicação, a referenciação a quantificação e a indefinição, a função”. (p. 13)

Esse posicionamento pode também ser verificado nos “objetivos” da gramática, quando a autora assume que o estudo tem por meta “... prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português. É um produto prático, ..., que visa permitir a recuperação da investigação não apenas como conjunto de análises, mas também, como conjunto de proposições” (p. 14).

E mais: que “... os resultados pretendem-se serem apropriados por toda a comunidade de usuários da língua:

1. o falante comum, nas mais diversas situações;
2. o estudioso da língua ...” (p. 14).

Quando aborda as “Bases de análise”, a autora destaca “dois pontos:

3. a unidade maior de funcionamento é o texto.
4. Os itens são multifuncionais

E se “a real unidade em função é o texto, o que está colocado em exame é a construção de seu sentido, numa teia que é mais que mera soma das partes” (p. 14).

A partir esquema teórico, é evidente que a gramática em análise, além de ser inspirada em princípios linguísticos estruturais, com ênfase para o uso no texto, é norteadada pelos

princípios da linguística funcional e da linguística textual por tratar, dentre outras questões, o texto como unidade máxima de análise. Esta postura fica ainda mais reforçada pelo fato de a construção do sentido do texto ser vista tendo por base uma “teia que é mais que mera soma das partes”. Ou seja, afasta-se do estruturalismo por dois motivos: primeiro, porque por ele a unidade máxima de análise é a frase, que, diga-se de passagem, é também para o gerativismo, a gramática filosófica de Port-Royal e Saussure; segundo, porque o estruturalismo tem por princípio a concepção de língua como uma estrutura composta de partes, que se relacionam de forma solidária e interdependente, de que seu valor, ou sua função, é determinada pela posição que ocupa no todo, ou no texto.

Mais adiante Moura Neves ratifica: “... a interpretação das categorias linguísticas (é bom lembrar que a autora parte das classes de palavras para estabelecer a “gramática de usos ...”) não pode prescindir da investigação de seu comportamento na unidade maior – o texto, que é a real unidade de função.”

Pode-se afirmar que o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua, composta de diversas variantes como expressão viva de vários extratos sociais, atentando-se, dentre outros, evidentemente para aspectos como grau de instrução, idade, sexo, etnia e origem geográfica, conduz à investigação da multifuncionalidade dos usos da língua que pressupõe:

5. a verificação do cumprimento de diferentes funções da linguagem (apesar da sua indissociabilidade e implicação mútua); e

6. a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração) (p. 18);

Assim, continua, “... para as diversas classes de palavras, não se pode fornecer descrições que tentem resoluções, em todos os casos, no mesmo nível e com vistas mesma função”.

Ratifica, além do mais, “... a necessidade de uma investigação gramatical que descreva o comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos diferentes níveis em que atuam e segundo as funções que exerçam, nos diferentes níveis. (p. 19)

Desse modo, considerando que o princípio da multifuncionalidade constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem, assenta-se que muitos constituintes de uma construção entram em mais de uma configuração constitucional.

Logo no início da gramática, verificamos que o estudo parte de um Sumário, logo na sequência vem a apresentação da gramática e encontramos um informativo “*A Gramática de usos do português* já se tornou um dos livros de maior referência para o ensino de nossa

língua pátria. Ao contrário das tradicionais obras que prezam somente pela aprendizagem da norma culta, este título aborda as utilizações mais práticas e usuais de expressões idiomáticas e palavras (p. 13).

A partir dessa descrição dos princípios gerais da *Gramática de usos*, podemos dizer que ele tem influência direta para a organização da macro organização dos conteúdos, portanto, a sequência dos conteúdos é bem organizada e rompe com os padrões tradicionais dos conteúdos a serem classificados a partir da fonologia, morfologia e sintaxe, sendo assim, os conteúdos na gramática de Moura Neves são divididos em um total de quatro partes:

Parte I:

1. *A formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e as análises;*

O verbo

O substantivo

O adjetivo

O advérbio

As conjunções integrantes. As orações substantivas

Os pronomes relativos. As orações adjetivas

Parte II:

2. *A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas;*

O artigo definido

O pronome pessoal

O pronome possessivo

O pronome demonstrativo

Parte III:

3. *A quantificação e a identificação;*

O artigo indefinido

O pronome indefinido

Os numerais

Parte IV:

4. *A junção.*

As preposições

a) As preposições introdutoras de argumentos

b) As preposições não introdutoras de argumentos

c) As preposições acidentais

As conjunções coordenativas

a) As construções aditivas

b) As construções adversativas

c) As construções alternativas

As conjunções subordinativas adverbiais

a) As conjunções temporais. As construções temporais

b) As conjunções causais. As construções causais

c) As conjunções condicionais. As construções condicionais

d) As conjunções concessivas. As construções concessivas

e) As conjunções finais. As construções finais

f) As construções comparativas. As construções comparativas

g) As orações consecutivas. As construções consecutivas

h) As conjunções confirmativas. As construções conformativas

i) As conjunções proporcionais. As construções proporcionais

j) As conjunções modais. As construções modais

O que se observa nessa escolha de organização dos conteúdos é que Moura

Neves parte das tradicionais classes de palavras, todavia o agrupamento dessas classes se divide segundo os processos que dirigem a organização dos enunciados para a obtenção do sentido do texto.

3.2 Gramática do Português Brasileiro: a língua falada na busca da construção de sentido dos elementos linguísticos

A Nova gramática do português brasileiro, de Ataliba Castilho, pode ser considerada não apenas "mais uma gramática" que circula entre nós, uma vez que em vez de assumir o papel de apenas uma simples gramática presente na língua portuguesa, assume um papel importante, passa a ser a gramática do português falado por quase 200 milhões de indivíduos no Brasil.

A gramática procura dar um certificado a mais à identidade dos brasileiros, pois, é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro. Nesse sentido, essa gramática que confere um status científico a essa percepção, a partir da busca de estudos, em torno dessa temática, durante cerca de cinquenta anos de pesquisas, desenvolvidas nas três universidades oficiais paulistas e

em várias universidades do exterior. Como resultado, podemos observar nesta gramática a ausência de lista de classificações, que costumam passar pela Fonética, atravessam a Morfologia e perdem o fôlego na Sintaxe.

Em relação aos objetivos da gramática presente na Introdução, Ataliba de Castilho esclarece que “postula a língua em seu dinamismo como um conjunto articulado de processos” (p. 31) e que as atividades mentais desenvolvidas pelos usuários de língua portuguesa refletem “quatro sistemas linguísticos: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática” (p. 32). Sustenta que “A teoria multissistêmica aqui exposta tem um forte conteúdo funcionalista-cognitivista” (p. 32). Criativamente, o autor adota uma dupla estratégia: texto expositivo e texto indagativo (no que leva a crer que os leitores da sua gramática são imaginados como coautores).

Ao formular os objetivos de *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Ataliba de Castilho aconselha: “Procure ser o gramático de você mesmo” (p.35). Assim sendo, perceba-se o valor por ele atribuído ao direito, que deveria ter todo (a) pesquisador (a), de encontrar respostas para suas questões, comparando-as aos achados na literatura especializada, enfim, exercer o direito à autonomia investigativa na área de Estudos Linguísticos. Em suma, objetiva Ataliba mostrar como a língua é multissistêmica, na imensa variabilidade de seus usos e como um dispositivo sociocognitivo rege os sistemas (p. 83).

A partir desse breve excerto sobre os princípios gerais que compõe a gramática, partimos para a sua macro organização. Logo após o Prefácio, seguem-se as seções: introdução (p. 4), como consultar esta Gramática (p. 6), 15 capítulos referentes ao desenvolvimento dos conteúdos (extensão variável: 18 a 68 páginas), Glossário (p. 34), Índice de Matéria (p. 16), Bibliografia p. (54), O Autor (p. 767).

Ataliba de Castilho esclarece que seu “público-alvo são os professores do ensino médio, os alunos do curso superior, os professores universitários de Linguística Geral e de Linguística do Português brasileiro e as pessoas que se sintam atraídas pelo mistério das línguas naturais” (p. 33). Nessa lista, também poderiam ser contemplados linguistas, lexicógrafos, autores de livros didáticos e de gramáticas do Português, terminólogos e professores de Português para usuários de outras línguas.

Na seção, *Como consultar esta gramática*, além de apresentar Símbolos utilizados e Lista das Abreviaturas, Ataliba de Castilho partilha enumerações preciosas: 78 Quadros, 9 Tabelas e 2 Mapas.

Em relação aos conteúdos, a sequência organizada de capítulos mostra a seguinte distribuição:

Uma sequência de 5 capítulos que propiciam a fundamentação da gramática:

1. O que se entende por Língua e por Gramática
2. Sistemas linguísticos,
3. História do Português Brasileiro,
4. Diversidade do Português Brasileiro,
5. A Conversação e o texto.

A esses capítulos, seguem-se 4 capítulos centrados na sentença:

6. Primeira abordagem da sentença,
7. Estrutura funcional da sentença,
8. Minissentença e sentença simples: tipologias,
9. A sentença complexa e sua tipologia.

O autor dá continuidade a esse percurso, com 5 capítulos com foco no sintagma:

10. Sintagma verbal,
11. Sintagma nominal,
12. Sintagma adjetival,
13. Sintagma adverbial,
14. Sintagma preposicional).

O capítulo final, *Algumas generalizações sobre a Gramática do Português Brasileiro*, é uma sistematização concisa (por meio de 6 Quadros), na qual Castilho opta por um percurso analítico semasiológico: vai “das categorias cognitivas para as estruturas que as representam” (p. 611), generalizando com base nas categorias de pessoa, coisa, espaço e tempo, movimento, qualidade e quantidade.

Desse modo, nesta gramática, Ataliba de Castilho procurou focalizar o que se esconde por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro que conduziram aos produtos listados. Ultrapassa fronteira da sentença, pois o trabalho tem início no texto, como também a barreira da descrição estrutural, pois encaminha o olhar do leitor para o que ocorre também na linguagem mental, pré-verbal. Como efeito desse modo de pensar, procura mostrar que quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes, com rapidez, acionando-se quatro sistemas linguísticos ao mesmo tempo: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Esses sistemas são articulados pelos princípios sociocognitivos que regem a mais básica das atividades linguísticas, a conversação.

Sendo assim, podemos perceber algumas diferenças nas gramáticas estudadas, tanto em relação os princípios gerais e quanto a organização da macro organização dos conteúdos,

como também as terminologias dos conteúdos. A *Gramática de usos do Português* (2011 [2010]) parte dos itens lexicais e gramaticais da língua, mostrando o seu uso em textos autênticos escritos, o que vai compondo a “gramática” desses itens. Ou seja, vai explicitando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto. Nesse sentido, Maria Helena de Moura Neves procura mostrar que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função, e que as entidades da língua têm de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem na sua relação com o texto.

Já a *Nova gramática do Português brasileiro* (2010) parte da realidade linguística brasileira. Ou seja, em vez de reviver estados passados da língua contidos em textos, toma como objeto de estudo a língua em seu estágio atual, com a preocupação de apresentar os fatos concretamente observados. Com isso, Ataliba Teixeira de Castilho, em vez de tomar apenas como referência os textos escritos, opta como amostra preferencial da língua a sua manifestação aparentemente mais caótica – a língua falada.

3.3 Um estudo multifuncional da correlação

Na *gramática de usos*, Moura Neves (2011[200]) inicia o estudo da construção das orações mostrando quais as conjunções coordenadas⁸, sendo a principiante a coordenação com *E*. A conjunção *E* marca uma relação de adição entre os segmentos coordenados, porém é mostrado que existe uma outra forma diferente de construção das aditivas, em que Moura Neves (2011[2000]) classifica como correlativas, do tipo de *não só..., mas também, como também*, e exemplificou:

1) *Pesquisador infatigável, estudava não só o organismo humano, mas também o animal.* (APA) (p. 742)

Justificando que esse tipo de construção formam as orações aditivas binárias e, em princípio, irreversíveis, pela pressuposição que se cria, sendo que essas construções ficam no meio do caminho entre:

a) as **não correlativas aditivas** com *E*, como:

2) *Pesquisador infatigável, estudava o organismo humano, e o animal.* (Aditivas enéreas) (p.742)

b) as **correlativas comparativas**, como

⁸ Como o que nos interessa nesse trabalho são as sentenças correlativas, não vamos nos deter na caracterização do estudo das coordenadas e subordinados, iremos apenas descrever os fatos correlatos encontrados.

3) *Pesquisador infatigável, estudava tanto o organismo humano, quanto o animal.* (comparativas binárias) (p.742)

Moura Neves (2011) explica essa relação entre as aditivas e as comparativas expondo que:

Da coordenação elas exibem, especialmente, o valor semântico de adição. Essa flutuação entre comparação e adição pode ser muito bem verificada pela própria flutuação entre os marcadores alternantes: *mas também* (*mas: coordenador*) e *como também* (*como: comparativo*) (p. 742).

Sendo assim, Moura Neves (2011) explica que as correlativas do tipo aditivo mantêm as características de interdependência, inerentes à correlação, particularmente o binarismo.

O outro tipo de conjunção aditiva que Moura Neves (2011) mostra que assume a correlação é a conjunção *NEM*. Logo explica que “diferentemente do *E*, o *NEM* pode construir-se em correlação, e assim, ocorrer já no primeiro dos (dois ou mais) segmentos negativos postos em relação de adição” (p. 752). E explica que na primeira posição, o *NEM* compõe com o segundo *NEM* a correlação aditiva negativa:

1) *nem a virtude, nem a modéstia contribuíram para a minha defesa naquele difícil transe.* (CE) (p. 752)

2) *Nos minuciosos relatórios enviados pelos agentes de seguros nem os homens, nem as mulheres, nem as mulheres despedaçadas foram incluídas.* (SPI) (p. 752)

Pode ocorrer também duas correlações em sequência:

3) *Eu ficava olhando seu gesto impreciso porque uma bolha de sabão é mesmo imprecisa, nem sólida nem líquida, na realidade nem sonho.* (CBC) (p. 752)

Ou ainda se o verbo do enunciado preceder o conjunto correlacionado por *nem*, a negação do enunciado tem de marca-se por algum outro elemento de negação; nesse caso fica evidente que o *NEM* do primeiro elemento da correlação não é uma conjunção:

4) *Era quase um menino, não tinha nem pai, nem mãe, nem parentes vivos.* (SPI) (p. 753)

5) *Eu não quero nada que venha daquele homem, nem perdão, nem compreensão, nem justiça, nem ódio eu quero!* (PD) (p. 753)

Terminando as coordenadas aditivas, observamos que o estudo da correlação é visto apenas como fenômeno que se encontra dentro das coordenadas, e não como uma terceira classificação.

Mais adiante, Moura Neves (2011) fala das *construções alternativas*, mostrando que a conjunção coordenativa *OU* marca uma disjunção na alternância entre o elemento coordenado no qual ocorre e o elemento anterior.

A correlação é vista apenas em um caso nas alternativas, ou seja, quando os dois elementos coordenados iniciam por **OU**, a disjunção é sempre exclusiva. Exemplificando:

1) ***Ou ninguém notara ou tinham pena de nós.*** (BH)

2) ***Ou se faz direito ou não se faz.*** (CCI)

Observamos que o estudo da correlação em relação a construção da alternativa é bastante superficial, sem um grande aprofundamento.

Podemos verificar também a correlação na ordem das *construções das causais*, e uma dessas construções pode ocorrer por meio da conjunção *ou* como podemos ver no exemplo:

1) ***Ou porque sentisse necessidade de primeiro, tomar um pouco de ar, ou porque o seduzisse a calçada larga e bem arborizada da Alemanha Ibiruna, pôs-se a caminhar a passos lentos.*** (A) (p. 808)

Neste caso da oração causal com o **PORQUE** antepostas geralmente são marcados, com anteposição obtida por extraposição, para a focalização.

De acordo com a autora, observa-se também que a oração iniciada por **PORQUE** também pode aparecer em correlação:

2) ***Esses significados de “acaso” se juntam a um outro, onde se afirma que algo ocorre por acaso não apenas porque estejamos*** incapacitados de determinar suas causas ***mas porque*** se acredita que tais causas não existam. (EC) (p. 808)

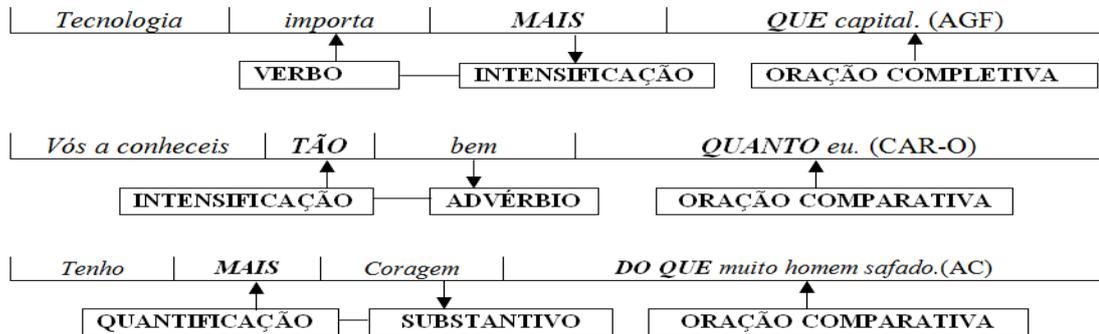
Em seguida, observamos que Moura Neves (2011[2000]) também menciona o estatuto da correlação no *modo de construção das comparativas*, uma vez que são compostas de uma oração nuclear, ou principal (como já foi dito, para a tradicional), e uma oração comparativa, que constitui um segundo termo de comparação em relação à oração principal.

Para Moura Neves (2011 [2000]), as construções das comparativas são de dois tipos principais para. A primeira construção são as comparativas correlativas que “são construções de dois formatos (p.898) ” em que um enunciado pode ser composto de uma oração principal que contenha a “intensificação relativa de um processo (verbo), uma qualidade (adjetivo), uma circunstância (advérbio) (p. 898) ” ou ainda uma “ quantificação relativa de um elemento (substantivo) (p. 898) ”

Para exemplificar:

Em que podemos esquematizar como sendo:

Para exemplificar:



(NEVES, 2010, p. 898)

Moura Neves também explica que as construções comparativas que indicam igualdade implicam uma ideia de adição correlativa do tipo de: *não só..., mas também*, que se formam a uma comparação.

Moura Neves também explica que as construções comparativas que indicam igualdade implicam uma ideia de adição correlativa do tipo de: *não só..., mas também*, que se formam a uma comparação.

Para exemplificar:

1) *Tanto Dozinho quanto Rodopião tinha morrido por vaidade.* (ANB) (p. 899)

Em que podemos esquematizar como sendo:

= não só	<i>Dozinho</i>
como também	<i>Rodopião</i>

Assim, observamos não apenas uma ideia de comparação, mas também uma ideia adição correlativa.

Moura Neves explica que as correlativas comparativas também podem ocorrer nos seguintes casos:

- a) na oração principal, um elemento de inclusão (também, assim também, etc);
- b) na oração comparativa, a conjunção comparativa como precedida pelo indicador fórico modal assim (assim como) (p. 899).

Podemos exemplificar:

2) *Assim como o sistema se diferencia (na modernidade) em dois subsistemas (economia e estado, **também** ocorrem diferenciações no interior do “mundo vivido”.* (HAB) (p. 899)

O que percebemos é que essas construções também implicam uma ideia de adição comparativa:

= do mesmo modo que	<i>o sistema se diferencia em dois subsistemas</i>
do mesmo modo <i>também</i>	<i>ocorrem diferenciações no interior do “mundo vivido”</i>

Moura Neves (2011) mostra as construções das comparativas não correlativas, que podemos definir como:

Construções que não tem nenhum elemento na oração principal marcado por quantificação relativa e têm a oração comparativa iniciada por conjunção ou locução conjuntiva indicadora de comparação de igualdade: *como, assim como, tanto quanto, tal qual, tal como, do mesmo modo que.* (NEVES, 2011, p. 900)

Outro ponto que observamos na correlação no âmbito nas comparativas são as relações que elas exprimem, que podem ser de igualdade ou de desigualdade, em que a comparação de desigualdade pode ser dividida em superioridade ou inferioridade. A comparação de igualdade pode ser dividida em quantidade como em:

3) *É sempre prudente levar na comitiva **tantos** domadores de feras **quantas** crianças houver* (CRU) (p.901)

e intensidade como em

4) *Luizinho já sabia rastrear uma caça quase **tão** bem **quanto** o velho.* (BP) (p.901)

Moura Neves (2011) ainda explica que o efeito semântico de alguns enunciados

Como *tanto... quanto/como* pode não ser exatamente comparativo, uma vez que:

O elemento *tanto* não quantifica nem intensifica, mas simplesmente destaca o primeiro membro do cotejo; o elemento *quanto/como* introduz o segundo membro do cotejo, e o efeito de sentido final é aditivo correlativo (*não só... mas/ como também*) (NEVES, 2011, p. 901)

Já em relação à comparação de superioridade, observamos de acordo com Moura Neves (2011) que elas podem indicar uma indicação de preferência – com a correlação *antes... que/ do que* como podemos verificar no exemplo:

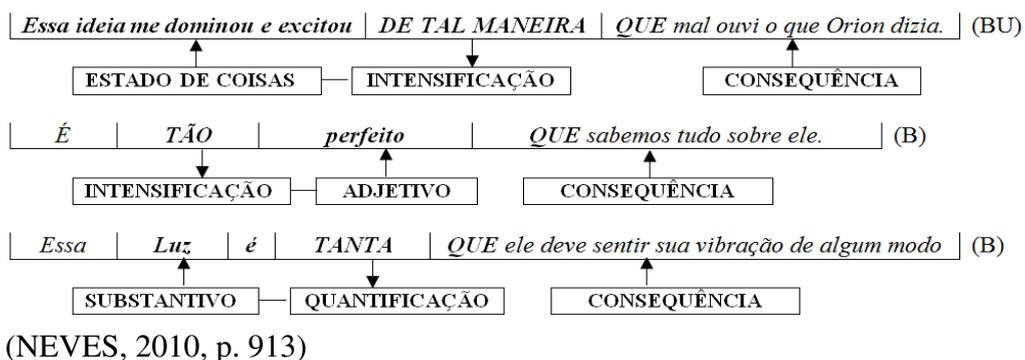
5) *Antes um pássaro **na mão**, que dois **voando**.* (AVE) (p. 901)

Por fim, encontramos o fenômeno da correlação nas *construções das consecutivas*, tendo em vista que a construção da consecutiva é expressa por um período composto, constituída pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma consecutiva.

Portanto, uma das construções consecutivas com antecedente são do tipo correlativas. Como mostra Moura Neves (2011), elas podem ter o formato de “uma primeira oração conter uma intensificação do estado de coisas, ou seja, da predicação como um todo” (p.913), ou ainda como uma “intensificação ou quantificação de um dos elementos (substantivos, adjetivos, adverbio)” (p. 913).

Um outro formato que as construções correlativas consecutivas podem assumir, de acordo com a pesquisadora, é quando “uma segunda oração que expressa uma consequência do estado de coisas, ou do elemento intensificado na oração” (NEVES, 2010, p. 913)

Para exemplificar:



3.4 Um estudo multissistêmico da correlação

Já na *gramática do português brasileiro*, Castilho (2010) explica que há uma precariedade na distinção entre as noções de coordenação e subordinação, uma vez que são tênues as relações entre coordenadas explicativas e subordinadas causais, entre coordenadas adversativas e subordinadas concessivas, entre sentenças gerundiais adjetivas e adverbiais etc. O autor argumenta que “ pesquisas sobre a modalidade falada trouxeram evidências adicionais sobre a precariedade da linha que separa a coordenação e a subordinação (CASTILHO, 2010, p.385).” Logo, o pesquisador agrega o estatuto das correlatas como um terceiro tipo de relações intersentenciais.

O teórico dá um exemplo para demonstrar o que se passa possivelmente na mente de um falante do português que esteja em volta de dois estados de coisas, no caso *estudar e aprender*. Com isso, caso o falante não queira estabelecer nenhuma relação entre *estudar e aprender*, constituirá duas sentenças absolutas, como em (1a) e (1b):

(1)

a) *O aluno estuda* (p.385)

b) *O aluno aprende* (p.385)

E Castilho explica que se ele quiser relacionar esses dois estados de coisas, atribuindo-lhes um sujeito correferencial, construirá com eles uma sentença complexa, coordenando a segunda sentença à primeira, através de uma conjunção, como em (1c)

(1)

(c) *O aluno estuda e Ø aprende* (p.385)

Dessa forma, o estudioso explica que o falante não considerou necessário repetir o sujeito da segunda sentença. Na língua portuguesa, basta representá-lo por meio de uma categoria vazia, assinalada em sua transcrição por meio do símbolo [Ø].

Levado pelo senso de que só aprende quem estuda, Castilho (2010) subordinou *estudar* e superordenou *aprender*, encaixando um estado de coisas do outro, via estratégia de relativização, de que obteve:

(2) *O aluno **que** estuda aprende.* (p.385)

E mesmo comparando as sentenças (1) e (2), o teórico agrega um ar de autoridade a essa formulação, obtendo como resultado a subordinação de tudo a um bom verbo de declaração:

(3) *Fazemos saber **que** o aluno **que** estuda aprende.* (p.385)

E explica que dispõe de um hiperpredicador *fazemos saber*, que tomou por escopo (3), subordinando essa sentença por meio da conjunção integrante *que*.

O pesquisador, no terceiro momento, formula uma construção bastante complexa em relação as três anteriores, por meio da correlação:

(4) *Fazemos saber **que** o aluno **não somente** estuda **como também** aprende.* (p. 386)

Assim, uma nova sentença complexa surge, podendo ser segmentada da seguinte forma:

o aluno não somente estuda . (p. 386)

(4a) *Fazemos saber **que**.* (p. 386)

Como também aprende. . (p. 386)

Castilho explica que nas construções (1) a (3), uma sentença ou um sintagma foram ligados a outra sentença ou outro sintagma por meio de uma conjunção simples, o que fazemos quando coordenamos ou subordinamos estados de coisas. Já na construção (4), explica que a conjunção se desdobrou em duas expressões, apontado uma para a primeira

sentença e outra para a segunda. O teórico explica que essas sentenças não são ligadas por coordenação nem por subordinação, mas por correlação, que se dá por meio de vários processos linguísticos:

- (i) comparação, donde o *como*,
- (ii) negação, por meio de *não*,
- (iii) focalização, através de *somente*,
- (iv) inclusão, donde *também*. (CASTILHO, 2010, p. 386)

Para entender melhor o que acontece com as correlatas, Castilho apresenta mais três exemplos com novos pares correlativos que indicam as ideias de adição, alternância e comparação:

(5)

- a) *O aluno **não só** estuda **como também** trabalha.* (p. 386)
- b) *Você **ou** estuda **ou** trabalha, as duas coisas ao mesmo tempo serão muito difíceis.* (p. 386)
- c) *Apareceu com um perfume **tão** adocicado **quanto** enjoativo.* (p. 386)

Observando as sentenças anteriores, nota-se que em (5) a primeira sentença contém um elemento gramatical, negrito nos exemplos, a que corresponde obrigatoriamente outro elemento gramatical da segunda, igualmente negrito, sem os quais o arranjo sintático seria inaceitável ou duvidoso:

(5')

- a) *O aluno não só estuda trabalho.* (p.386)
- a') *O aluno estuda como também trabalha.* (p.386)
- b) *Você estuda trabalha.* (p. 386)
- c) *Apareceu com um perfume adocicado enjoativo.* (p.386)

Então, o que se percebe é que as conjunções (5) não são formas simples nem se resumem a encabeçar a segunda sentença; pelo contrário, trata-se de conjunções complexas e são estruturadas, de acordo com Castilho (2010), em:

1. Junção de advérbios de negação, focalizando na primeira sentença, comparação e inclusão na segunda sentença, em (a).
2. Repetição de expressões em (b).
3. Junção de advérbios de intensificação a complementadores em (c). (p. 387)

Sendo assim, o processo de redobrimento sintático está na base da gramaticalização das conjunções correlatas. Castilho explica que esse processo consiste na ocorrência de um segmento X a que corresponde obrigatoriamente um segmento Y. E explica que “os efeitos de

redobramento sintático estão por toda parte na gramática do português, porém nem sempre nos damos conta que estamos diante de um mesmo fenômeno (2010, p.387). ”

Castilho (2010) fortalece sua argumentação, citando sete estruturas redobradas identificadas por Moraes de Castilho (2005), dentre as quais destacamos as estrutura correlata:

- (1) Redobramento por repetição, em que o termo Y funciona como antitópico: X = sintagma nominal/sintagma preposicional; Y = sintagma nominal/sintagma preposicional. Ex: *O menino^x saiu de casa logo cedo, o menino^y*
- (2) Redobramento por topicalização: X = construção de tópico; Y = pronome resumptivo. Ex: *O menino^x, ele^y saiu de casa logo cedo.*
- (3) Redobramento de pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos: X = pronome pessoal, possessivo, demonstrativo; Y = sintagma preposicionado. Ex: *Eu te^x disse para você^y.*
- (4) Redobramento de pronomes adverbiais locativos e temporais: X = pronome circunstancial locativo, temporal; Y = sintagma preposicionado. Ex: *Vai ter confusão lá^x em casa^y.*
- (5) Redobramento da negação: X = quantificador; Y = advérbio de negação. Ex: *Não^x fala não^y.*
- (6) Redobramento de quantificadores: X = quantificador; Y = quantificador. Ex: *Você vale tanto^x, quanto^y pesa.*
- (7) Redobramento por correlação: X = sentença 1; Y = sentença 2. Ex: *Você falou tanto^x que fiquei rouco só de ouvir.* (2010, p. 287)

A partir dessa caracterização, percebemos que a correlação é uma consequência do processo sintático de redobramento, uma vez que o arranjo sintático que resultou recebeu o nome de correlação, já que significa relacionamento simultâneo.

Castilho (2010) recorre a posição defendida por Oiticica (1952), para quem as relações de coordenação e de subordinação não captam todas as possibilidades de relacionamento intra ou intersentencial. Mostra que Oiticica propôs um estatuto próprio para as correlatas, e identificou os seguintes tipos:

- (i) correlação aditiva;
- (ii) correlação comparativa;
- (iii) correlação consecutiva;
- (iv) correlação alternativa.

Sendo assim, não é adequado considerar as aditivas e as alternativas exclusivamente como coordenadas, nem as comparativas e as consecutivas como subordinadas adverbiais. Oiticica (1952, apud CASTILHO, 2010) defende que as correlativas apresentam diferenças em relação às coordenadas e às subordinadas, pois são classificadas em três categorias: a primeira é de natureza discursiva – põem em relevo dois atos de fala – a segunda, de natureza

semântica – combinam diferentes categorias – E a terceira de natureza gramatical, são interligadas por meio de conjunções complexas.

Outro autor em quem Castilho (2010) se fundamenta é Mattoso Câmara (1975), que defende que os arranjos binários captam melhor as estruturas linguísticas e, por isso, a justaposição seria uma modalidade de coordenação e a correlação seria modalidade de subordinação.

Assim, segundo Castilho (2010), a construção das correlatas apresenta diversos contextos de encadeamentos sintáticos, a saber:

1) *Correlação aditiva*, que apresenta a soma de dois complementos, podendo ser identificadas em quatro contextos de encadeamentos sintáticos:

i) construída a partir de apenas uma partícula na segunda sentença (não só... mas, não só... senão, não só ... como, não só ... também etc.);

ii) de duas partículas na segunda sentença (não só... mas também, não só ... mas ainda, não somente ... mas até etc.);

iii) de três partículas na segunda sentença, por cruzamento sintático (não só ... senão que também, não somente ... senão que também.);

iv) um termo intensificador interferindo no primeiro elemento (não tão somente ... mas, não tão somente ... mas ainda).

2) *Correlação comparativa*, que pode se manifestar estabelecendo as seguintes ideias:

i) Igualdade (*tanto... quanto*),

ii) Superioridade (*mais... que* ou *do que*),

iii) Inferioridade (*menos... que* ou *do que*)

iv) Entre duas realidades ou conceitos.

A tipologia das correlativas comparativas é bastante rica e apresenta uma grande variedade. Com isso, Castilho (2010) descreve três classificações para esse tipo de correlação:

1) Na primeira sentença, há intensificação relativa de um processo (verbo), de uma qualidade (adjetivo), de uma circunstância (advérbio) ou quantificação relativa de um elemento (substantivo). Na segunda sentença, há apenas um segundo termo da comparação, da mesma natureza do primeiro.

a) *Tecnologia importa **mais que** capital.* (**mais** intensificador de **importa**)

b) *Afinal quem é este Madruga, a voz agora **menos** agressiva **que** antes.* (**menos** intensificador de **agressiva**)

c) *Vós a conheceis **tão bem quanto** eu .* (**tão** intensificador de **bem**)

d) *Tenho **mais** coragem **do que** muito homem safado.* (**mais** quantificador de **coragem**)

2) Na primeira sentença, um termo é destacado por uma marca formal, como o primeiro membro de um cotejo, enquanto a segunda sentença também traz um membro destacado por meio de uma marca formal, o segundo membro do cotejo (da mesma natureza do primeiro). Tais construções são sempre de igualdade, implicando uma adição correlativa do tipo *não só..., mas também*, que se soma a uma comparação.

e) ***Tanto** Dozinho **quanto** Rodopião tinham morrido por vaidade.*

Com a ideia de audição:

e') ***Não só** Dozinho **como também** Rodopião tinham morrido por vaidade.*

3) Na segunda sentença, o segundo termo correlacionado é posto à altura do primeiro, expresso na primeira sentença, ocorrendo ambos em pé de igualdade:

f) ***Assim como** nas discussões atuais sobre o aborto há opiniões divergentes, **assim** nos papos de botequim sobre o futebol nunca há acordo à vista.*

3) *Correlativa consecutiva*, que se caracteriza pelo fato de a segunda sentença apresentar a consequência, resultante de uma ênfase referida ao causador. As principais conjunções são *tão ... que, tanto ... que* (adjacentes ou não), *de tal arte ... que, de tal modo ... que, de forma ... que, de modo ... que, por maneira ... que*.

Para melhor descrição das sentenças correlativas consecutivas, Castilho (2010) se fundamenta no estudo de Módulo (2008), que aponta três tipos de conjunções que aparecem nas consecutivas:

i) Formas consecutivas entram como primeiro elemento da correlação: *tanto, tão, tal, tamanho, assim*, e como segundo elemento a conjunção *que*.

ii) Formas substantivas entram na composição do primeiro membro da consecutiva, com o elemento *tal* + substantivo antecedido de preposição: *de tal arte... que, de tal feição... que, de tal sorte... que, em tal maneira... que, por tal figura... que, por tal guisa... que*.

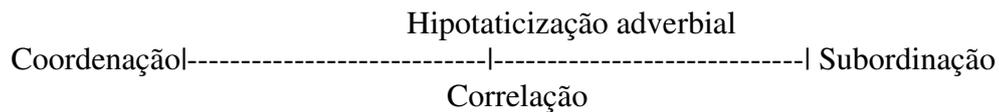
iii) A forma adverbial *tal* pode ser elidida: *de feição... que, de forma... que, de guisa... que, de jeito... que, de maneira... que, de modo... que, de sorte... que, por forma... que, por maneira... que, por modo... que*.

4) *Correlação alternativa* que pode exprimir incompatibilidade dos conceitos envolvidos ou equivalência deles. Ela introduz duas sentenças “iguais”, que não são sintaticamente autônomas, mas não chega a ser uma subordinação, pois não é um processo de encadeamento. Seus conectores podem ser já ... já, nem...nem, ora...ora, ou...ou, quer...quer, seja...seja. Por fim, vê-se que elas não têm comportamento homogêneo, por

serem ainda muito fortes suas características lexicais (algumas conjunções desse tipo ainda estão no começo da gramaticalização, o que diminui sua combinatória com outras expressões).

Após essa breve exposição da correlação, podemos concluir que para Castilho (2010) as subordinadas e as coordenadas estão em um extremo de um *continuum* mediado pelas correlatas e pelas hipotáticas. Ou seja, “os processos de combinação das sentenças não são binários nem unilineares. Eles podem ser ordenados em blocos que entretêm mais de um ponto de intersecção”. (CASTILHO, 2010, p. 390). Sendo assim, entendemos que a correlação se encontra na mediação entre coordenação e subordinação, bem como na mediação da hipotaticização adverbial.

Para ilustrar esse posicionamento em relação as correlativas, Castilho (2010) nos apresenta um pequeno gráfico em que podemos verificar o *continuum* em que se encontra as coordenadas e as subordinadas:



O que se observa, de acordo com Castilho (2010), é que as correlatas não podem ser consideradas nem subordinadas e nem coordenadas, pois estão no meio do caminho desses dois extremos e percebemos através do gráfico que as coordenadas e as subordinadas admitem que as hipotáticas adverbiais e as correlatas ficam a meio caminho desses dois extremos, compartilhando algumas de suas propriedades.

**QUADRO COMPARATIVO EM RELAÇÃO A CORRELAÇÃO PARA
MOURA NEVES E CASTILHO**

MOURA NEVES	ATALIBA DE CASTILHO
A gramática utiliza textos autênticos	A gramática utiliza a língua falada
Abordagem multifuncional	Abordagem Multissistêmica
Mantém a categorização da tradicional em coordenada e subordinada	A correlação como sendo uma terceira classificação
A correlação é um processo que pode ocorrer tanto na coordenação, quanto na subordinação.	A correlação é um <i>continuum</i> entre a coordenação e a subordinação
<p style="text-align: center;">A correlação pode ser encontrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenadas aditivas com a conjunção <i>E</i> - Correlatas comparativas - Construções causais - Construções comparativas - Construções consecutivas 	<p style="text-align: center;">Quatro classificação de correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correlação aditiva - Correlação Comparativa - Correlação Consecutiva - Correlação alternativa

FONTE: pesquisador

Com esse quadro, observamos que diferentemente de Moura Neves (2011 [2000]) que mantém a categorização da tradicional em coordenada e subordinada, sendo a correlação um fenômeno que tanto pode ocorrer nas coordenadas, como nas subordinadas, Castilho (2010) coloca o estudo da correlação como sendo uma terceira classificação para o estudo da sentença complexa, e mostrando que ela se encontra em um *continuum*, entre a coordenação e a subordinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve avaliação deste estudo acerca das gramáticas de Neves (2011[2000]) e de Castilho (2010), ambos respaldados em descrições funcionalistas e assentados em usos coletados de *corpus* de grande representatividade e dimensão, apreendemos que as descrições apresentadas pelos autores são complementares, e apresentam poucas divergências. No decorrer do estudo, encontramos as várias propriedades que são apontadas pelos dois autores, e percebemos que elas possuem algumas peculiaridades que se somam, sem entrar em contradição.

Na *Gramática de usos* observamos que essa obra foi construída sob a perspectiva da teoria multifuncional, já na *Nova gramática do português brasileiro*, observamos que essa obra foi construída sob a perspectiva da teoria multissistêmica, de cunho funcionalista-cognitivista. Dessa forma, tanto Moura Neves quanto Castilho não trabalham para nos abastecer o leitor de regras gramaticais, mas para explorar ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio. As regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia.

Em relação a macro organização dos conteúdos, Moura Neves (2014) mostra que a *Gramática de usos* é organizada em partes segundo os processos básicos de constituição do enunciado (predicação, referenciação, quantificação e indenfinição, junção), dentro dos quais se distribuem as classes de palavras do sistema da língua. Já a *Nova gramática do português Brasileiro*, Castilho (2014) explica que desenvolve a organização da gramática em quinze seções, como vimos em nossa análise desse trabalho.

Em relação ao processo da correlação, percebemos particularidades nas gramáticas analisadas. Neves (2011[2000]) desenvolve o estudo descritivo das orações correlatas, mantendo a categorização da tradicional em coordenada e subordinada, sendo a correlação um fenômeno que tanto no primeiro tipo quanto no segundo. Já Castilho (2010) realiza um estudo das sentenças correlatas de modo independente, na medida em que apresenta a correlação como um terceiro processo de encadeamento sintático, situando-a num *continuum*, ou seja, se encontra entre a coordenação e a subordinação.

Uma novidade bastante interessante observada em Moura Neves é a preocupação com a construção do sentido do texto e os elementos linguísticos. No estudo da correlação a autora estabelece a relação dos elementos linguísticos com a construção de sentido no texto. Ou seja, faz uso da correlação entre o tempo verbal e a conjunção.

Castilho (2010) desenvolve o estudo diferenciado da correlação, mostrando que esta é uma consequência do processo sintático de redobramento, uma vez que o arranjo sintático é resultante do relacionamento simultâneo

Outro ponto divergente em relação ao estudo das correlatas diz respeito da nomenclatura adotada: enquanto Moura Neves chama de oração nuclear, Castilho chama de oração matriz a oração principal, na visão tradicionalista.

Um fato inovador em ambas as gramáticas diz respeito ao *corpus* utilizado para análise: uma utiliza textos escritos autênticos de várias fontes, desde textos midiáticos até textos literários contemporâneos; e a outra recorre predominantemente a textos da língua falada coletados no projeto da norma urbana culta no português brasileiro falado.

Esperamos, assim, que a leitura do trabalho ora apresentado possa subsidiar reflexões sobre a abordagem funcionalista, na qual consideramos como fundamental a concepção reflexiva sobre o estudo gramatical. Nesse sentido, destacamos o papel que a perspectiva funcionalista tem na contemporaneidade, ao focalizar a língua não apenas como um sistema organizado, um esquema fechado, particular, individualizado, mas principalmente como um construto em seu uso, em sua funcionalidade.

Entendemos que as considerações e denominações no trabalho aqui apresentado são destinadas aos alunos universitários, aos professores e aos pesquisadores da área. Apesar de se classificar como um estudo complexo, o que consideramos fundamental na abordagem funcionalista é a concepção reflexiva quanto ao estudo gramatical, particularmente em relação ao processo de encandeamento sintático por meio da correlação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. de. *Como elaborar trabalhos para cursos de pós graduação: noções práticas*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. de. *Nova gramática do português Brasileiro*. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2010A.
- _____. A nova gramática do português brasileiro. *Revista Philologus*, Ano 16, nº 47. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 126 maio/ago. 2010B
- DIK, S. *Functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1978.
- _____. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980.
- _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland: Foris, 1989.
- DILLINGER, M. *Forma e função na linguística*. *Revista Delta*, 1991, p. 395-406.
- GIVÓN, T. *A compreensão da gramática*. Tradução: Maria Angélica Furtado, Mário Eduardo Martelotta, Felipe Albani. São Paulo: Cortez, Natal, RN: EDUFRRN 2012.
- HOFFMAN, L. Towards a pragmatically founded grammar. In GRAUSTEIN, G, LEITNER, G. *Reference grammar and modern linguistic theory*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1989.
- HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the function of language*. London: Edward Arnold, 1973.
- _____. MATTHIESSEM, C. *An introduction to functional grammar*. Britan: Hodder education, 2004.
- LOKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia do Trabalho científico*. 4 ed. Florianópolis. Ed: UFSC, 2007.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- MACKENZIE, J L. *What is functional Grammar?* Comunicação apresentada no XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Zurique, Suíça, 1992.
- MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. P. 137.

MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. In: CASTILHO, A. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

MOREIRA, H. CALEFFE, L. G.. *Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro, 2008.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins pontes, 1997.

_____. *Construções encaixadas: considerações básicas*. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, Florianópolis, fev, 1999.

_____. *Texto e gramática*. 1. Ed., São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Gramática de usos do português*. 2. Ed., São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NEVES, M. H. M.; GALVÃO, C. C.; LEITE, M. Q.; SAVIOLI, F. R. P. (Orgs) *Gramática contemporânea do português: com a palavra, os autores*. Evanildo Bechara... [et. Al.]; Organização– 1ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1945.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.114, nov., 2001, p.179-195.

REVISTA LETRA MAGNA. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura - Ano 03- n.04 - 1º Semestre de 2006.

RODRIGUES. V. V. *Correlação*. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. In.: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Ano I - Número I - Julho de 2008.